

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nas Ações do MOC



Relatório Anual
2 0 0 8



FEIRA DE SANTANA - BAHIA

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nas ações do MOC



Relatório Anual
2008



Índice

7	Apresentação
8	A caminhada do MOC e os objetivos do Milênio
12	Nossos Programas e sua contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
19	RELATOS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS PROGRAMAS NO ANO DE 2008
20	Programa Água e Segurança Alimentar
26	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Semi-árido
38	Programa de Comunicação
44	Programa Criança e Adolescente
50	Programa de Educação do Campo
62	Programa de Gênero
70	Programa de Políticas Públicas
79	Anexos
79	TABELAS DE ATIVIDADES
80	Programa Água e Segurança Alimentar
81	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
89	Programa de Comunicação
91	Programa Criança e Adolescente
92	Programa de Educação do Campo
95	Programa de Gênero
98	Programa de Políticas Públicas
101	Glossário
102	Pessoal
103	Recursos financeiros



APRESENTAÇÃO

A transparência e a reflexão crítica de sua prática social e política têm sido um norte que acompanha o MOC desde as suas origens.

Um dos instrumentos utilizados, anualmente, tem sido a elaboração e publicação de seu relatório anual, em cuja produção se envolvem todas as equipes e técnicos, num processo coletivo de reflexão e análise da prática e construção de conhecimento e novas perspectivas.

Este instrumento tem sido, ao mesmo tempo, um caminho para explicitar à comunidade aquilo que fazemos e o novo mundo que queremos e construímos.

É com esse mesmo espírito que levamos a lume o nosso relatório de 2008.

Ele mostra, de modo inequívoco, que um mundo justo, solidário, equitativo é possível e que sua construção não é uma quimera. Este novo mundo começou e cresce, a cada dia, mudando para melhor a vida das pessoas e, com sua prática, questionando as políticas de concentração e exclusão vigentes no mundo e em nosso país.

As atividades foram desenvolvidas através dos programas estratégicos do MOC conforme relatos descritos aqui.

Este relato não projeta grandes elaborações porque ele privilegia o dia a dia das pessoas, das organizações, dos grupos, das centenas de pessoas que, nas suas comunidades, reuniões, manifestações, escolas, jornadas ampliadas, famílias, trabalho do dia a dia, passeatas, lutas, plantam este mundo diferente. Por isso que sempre afirmamos, e agora repetimos que, embora este seja um relato do MOC, ele é bem e muito mais dos grupos e comunidades que conosco constroem a vida.



Ele é também uma homenagem aos nossos parceiros, nacionais, internacionais, privados, governamentais e não governamentais, que acreditaram em nossa proposta, a apoiaram e se empenharam para que ela pudesse estar acontecendo.

A todos nós, neste momento, uma palavra de estímulo e de confiança: estamos construindo uma nova história, mais justa e com espaço e lugar para todos, contribuindo para o alcance dos Objetivos do Milênio, que culmina com uma melhor qualidade de vida para as pessoas, em especial do Semi-árido. Este relatório é um registro da caminhada em 2008: suas conquistas, seus desafios, suas derrotas e dificuldades. Mas... antes de tudo, do seu caminhar.

A Equipe do MOC.

A CAMINHADA DO MOC E OS OBJETIVOS DO MILÊNIO

Debater e refletir os objetivos do Milênio implica num leque de possibilidades, níveis e dimensões muito variadas.

Uma delas é a razão de ser do estabelecimento destes objetivos; outro as modalidades pelas quais se busca efetivá-los e, finalmente, aquilo que nos interessa diretamente neste relatório: como e em que medida o MOC, nas suas ações estratégicas e programas,

contribui para que estes objetivos se tornem realidade.

Quando se olha e analisa a situação do mundo, em termos de condições de vida de sua população e do cuidado com a terra onde vivemos e da qual tiramos nossa subsistência, nos deparamos com uma desigualdade injusta, que exclui a maioria dos cidadãos do mundo das mínimas condições dignas de vida, enquanto outros

se locupletam de riquezas às custas da miséria. Deparamos-nos, igualmente, com a morte gradativa do planeta, provocada por um desenvolvimento insustentável e predatório. Muitas são as análises das causas destes fenômenos, as mais especificamente estruturais (acesso à terra, crédito, assistência técnica, educação), provocadas pelas próprias políticas implementadas pelos países e seus grupos dominantes, que a cada dia geram e produzem mais exclusão e concentram mais renda, poder, conhecimento e os meios de produção em mãos de poucos grupos de privilegiados, e outras referentes a mobilização e participação das pessoas e grupos nesta construção. Em todo caso, esta situação começa a ser incômoda para todos os países e seus dirigentes, assim como todos os cidadãos, que passam a ser responsabilizados por estes fenômenos.

Por isso mesmo, nos diversos espaços sociais vem sendo discutida constantemente a temática acerca dos direitos e necessidades humanas (educação, água, saúde, alimentação, saneamento, habitação etc...), assim como a vida do planeta e providências mínimas que a garantam. Essas discussões vêm sendo traçadas a partir de indicadores onde se evidencia o alarmante estado de pobreza advinda da má distribuição de renda, principalmente nos países em desenvolvimento.

Na busca da efetivação

e universalização desses direitos, a Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em 2000, e 191 países já assinaram o pacto onde se firma uma parceria mundial com agentes governamentais, ONG's, lideranças empresariais e outros atores, na implementação de medidas e de encaminhamentos que levem ao cumprimento desses objetivos e melhorem a vida das pessoas, explicitamente os mais excluídos, e se garanta a vida da terra. O desejo e compromisso é que até 2015 se tenha construído um mundo mais solidário e mais justo.

Os países signatários deste pacto têm metas fixadas para alcançar dentro de determinado tempo, metas que materializem melhorias neste campo. São as seguintes:

1. *Erradicar a extrema pobreza e a fome.*
2. *Educação Básica de Qualidade para todos,*
3. *Promover a igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres*
4. *Reduzir a mortalidade infantil*
5. *Melhorar a saúde das gestantes.*
6. *Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças*
7. *Garantir a sustentabilidade ambiental*
8. *Estabelecer parcerias para o desenvolvimento*

As metas, como se vê, são ambiciosas e apenas fixá-las não tem muito significado. Por isso,



as inúmeras reuniões nacionais e internacionais que buscam monitorar a implementação das metas; as manifestações, as pressões, as mobilizações sociais, as reivindicações, as políticas construídas e as ações no nível do mundo concreto das pessoas.

No caso do MOC, onde se materializa nossa contribuição para o cumprimento dos objetivos do Milênio? Qual o nosso objetivo em trabalhar e fazer acontecer esses Objetivos?

Vivemos e atuamos numa região – semi-árido – onde grassa a injustiça, as más condições de vida: escolas rurais precárias, oportunidades de renda escassas, equidade de gênero extremamente frágil e, em determinados espaços, quase inexistente, jovens sem políticas que garantam sua continuidade/permanência na região; agricultura familiar abandonada; saneamento, captação de água para consumo humano minimamente implementadas, crianças e adolescentes com seus direitos violados. Enfim, há muitas questões que nos apontam para o fortalecimento da injustiça social.

Estas e outras circunstâncias materializam uma imensa concentração de renda, de poder e de conhecimento e demonstram a vida subumana a que são submetidas as pessoas no semi-árido, aliando-se este processo a uma degradação crescente da vida da terra, gerando até mesmo a desertificação.

Neste contexto, o MOC vem buscando materializar sua contribuição na construção de um mundo de justiça e equidade e, por conseguinte, a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Perspectiva básica do MOC é contribuir para a organização da população mais pobre, na perspectiva de que possa dizer sua palavra, interferir nas políticas, propor pistas de desenvolvimento sustentável, fazer o controle social das políticas, incentivar a participação social de forma ativa e cidadã. Essa estratégia, na nossa leitura, é essencial e básica para os objetivos do milênio. Eles não virão gratuitamente. Eles são conquistas e resultados de lutas. E conquistas são frutos da população organizada. É assim que nosso relatório está perpassado pelas nossas relações com os mais variados tipos

de Organizações: Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Pólos Sindicais, Associações Comunitárias, Organizações de Trabalhadores na Educação, Movimentos de Mulheres, Cooperativas, Redes de Produção, Coletivos de Jovens, Redes de atendimento aos direitos das crianças e dos adolescentes e muitas outras organizações.

Efetivamente, na medida em que estas organizações assumem, para si e suas estratégias, a construção de políticas inclusivas de saúde, da educação contextualizada, de processos de convivência com o semi-árido, de ações e políticas de viabilização da agricultura familiar no semi-árido, de uma sociedade que respeite a mulher e construa a equidade de gênero; de um mundo onde os jovens tenham seu espaço próprio, se auto-organizem e pronunciem sua palavra; onde a comunicação esteja a serviço da vida e não da concentração de renda e da injustiça, onde a criança e o adolescente possam ser respeitados como sujeitos de direitos, caminhamos para os objetivos do milênio.

Nesta dimensão avaliamos que todos os programas de ação do MOC se orientam, dinamizam, buscam e constroem os objetivos do milênio.

A nossa história de quarenta anos demonstra cabalmente estas contribuições: efetivamente a sociedade de nossa região esta mais organizada e capaz de buscar estes objetivos como direitos seus; a educação pública contextualizada e de melhor qualidade, máxime quando pensamos nos municípios e comunidades do semi-árido, começa a se tornar realidade e nossas experiências começam a se espalhar como referências pelo país; as mulheres com suas organizações específicas já conquistam espaços significativos nas políticas e em seus impactos, sinais de uma equidade que se constrói; os jovens, com suas representações e organizações ocupam espaços, debatem políticas, buscam e conquistam resultados que melhoram suas vidas e iniciam o debate da permanência dos jovens em seus municípios de origem, ao invés da velha migração para os grandes centros; os agricultores e agricultoras familiares planejam suas propriedades na dimensão agroecológica, captam o crédito oficial, brigam por uma assistência técnica

sistemática e de qualidade, suas organizações iniciam processos da busca do acesso ao mercado, quer seja aquela tradicional, quer principalmente aquele oficial, onde se evidenciam o PAA e a alimentação escolar; as crianças e os adolescentes participando de espaços antes entendidos apenas como espaços para adultos, a exemplo, de reuniões comunitárias, sessões da Câmara de Vereadores, dentre outros.

O trabalho infantil não mais é aceito como condição básica de sobrevivência das famílias e as crianças são olhadas e encaradas não como cidadãos de amanhã, mas sim de hoje, com seus direitos a serem respeitados, entre os quais uma vida digna, educação, saúde e diversão.

Sistemas de captação de água da chuva para consumo humano e produção são implementados, garantindo as famílias o atendimento do direito humano a uma água de qualidade para beber e cozinhar e água para produção.

Exemplos os mais variados existem de como a comunicação pode ser utilizada a serviço do bem, da justiça e da equidade. As organizações caminham para elaboração de planos de comunicação onde se evidenciem os processos de construção da justiça.

Destacamos, inclusive, a premiação recebida onde o MOC teve em uma de suas práticas, O PROJETO MÃOS QUE TRABALHAM - TRANSFORMANDO A VIDA DAS MULHERES DOS TERRITÓRIOS DO SISAL, BACIA DO JACUIPE E PORTAL DO SERTÃO, premiada pela Presidência da República, por ser a mesma, forte contribuição ao atingimento do objetivo 01- Acabar com a Fome e a Miséria e o objetivo 03 Igualdade entre sexos e valorização da mulher.

Muitos e muitos outros seriam os sinais de um novo mundo em construção. Mas nos parece importante refletir uma última dimensão/inserção que torna isso possível.

A interferência nas políticas públicas.

Se considerarmos vital para a consecução dos objetivos do milênio que a população, especialmente a mais pobre se organize, explicita sua palavra e lute. Se consideramos

vital, igualmente, que através de nossos programas construamos concretamente com a população melhorias de vida para ela mesma, mais importante ainda é que estes programas e estas ações sejam assumidas pela população como um exercício de direito e antes de mais nada como exemplos e oportunidade de políticas a serem exigidas e construídas.

Daí nossa terceira pista no caminho da construção dos objetivos do milênio: que as organizações e o próprio MOC estejamos presentes e atuantes em espaços estratégicos onde se constroem as políticas e onde as mesmas são controladas.

É assim que nos fazemos presentes nos Conselhos, a nível nacional, estadual e municipal, Conselhos Regionais Territoriais de Desenvolvimento, nos debates de orçamento, em comissões e grupos de Trabalho, na busca de interferir nas políticas e no seu monitoramento a partir das experiências desenvolvidas nas comunidades e sua sistematização.

Para isso, finalmente, o MOC se articula em redes de organizações congêneres, por saber que a construção de políticas ultrapassa nossa região e nossas forças e somente unidos e articulados damos conta da luta e da construção de justiça, equidade, solidariedade e do mundo mais humano em que acreditamos.

Nesta caminhada, o que colocamos como nossa ação é também ação das organizações, das lideranças e das pessoas que conosco acreditam e trabalham diariamente por um mundo com lugar e vez para todas as pessoas. É com elas que fazemos e continuamos a caminhada.

Refletir os Objetivos do Milênio, quando fazemos uma análise de nossas ações e de nossas estratégias, significa para nós o renovar de nossos compromissos em que eles são possíveis e necessários e, ao tempo em que constatamos a caminhada feita, boa e significativa, expressar em alto e bom som que queremos mais e mais, que o caminho trilhado ainda não é suficiente, e que não desistiremos de construir uma história onde a justiça, a equidade e a solidariedade sejam os marcos fundamentais.



Nossos programas e sua contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio



Programa Água e Segurança Alimentar

Nos diversos espaços sociais se discute constantemente a temática acerca dos direitos e necessidades humanas (educação, água, saúde, alimentação, saneamento, habitação etc...). Essas discussões vêm sendo traçadas a partir dos indicadores sociais, onde se evidencia o alarmante estado de pobreza advinda da má distribuição de renda, principalmente nos países em desenvolvimento. Na busca da efetivação e universalização desses direitos, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, onde firma uma parceria mundial com agentes governamentais, ONG's, lideranças empresariais etc., na implementação de medidas e de encaminhamentos que levem ao cumprimento desses objetivos e, com isso, a melhoria de vida das pessoas e a construção da justiça.

Nesse contexto, o Programa de Água e Segurança Alimentar (PASA) desenvolve ações que vêm contribuindo com a implementação e disseminação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no semi-árido baiano. O PASA vem implementando projetos e ações visando atender as necessidades e direitos quanto ao acesso da água de qualidade para beber e cozinhar e, também, buscando sensibilizar os dirigentes e lideranças da importância da captação de água e sua utilização na obtenção de alimentos e fortalecimento da economia da agricultura familiar. Suas ações estão relacionadas prioritariamente com os objetivos 1, 2, 3, 4 e 7.

Efetivamente, o PASA, naquilo que se refere ao Objetivo 01 "Eradicar A Extrema Pobreza E A Fome - Acabar Com A Fome E A Miséria" se envolve com força, pois busca dinamizar a produção de alimentos através dos sítios demonstrativos e processos de captação de água da chuva para produção. (cisterna calçadão, barragem subterrânea). Além disso,

outros elementos apontam para a geração de renda como a capacitação de agricultores familiares na técnica de construção de cisterna, confecção de bomba gude e utilização da água de qualidade, para produção e criação de animais. A ação do Programa se dirige também a processos que ajudam a permanência das crianças na escola (objetivo 02), vez que esse é um dos critérios para as famílias terem acesso as cisternas.

Em perspectiva semelhante o Programa contribui fortemente para Promover "A Igualdade Entre os Sexos e Autonomia das Mulheres - Igualdade Entre Sexos e Valorização da Mulher" (Objetivo.03), dado que o programa prioriza a valorização das mulheres chefes de família, a participação e inclusão das mulheres nos espaços de decisões, além de capacitá-las em técnicas de construção de cisternas e confecção de bombas gude, aumentando a sua renda e garantindo-lhes o acesso a um mercado de trabalho; de modo incisivo e forte, porém, a ação do programa contribui para reduzir a mortalidade infantil, na dimensão em que sua ação básica disponibiliza água de qualidade para beber e cozinhar, diminuindo a mortalidade infantil e criando melhores condições de saúde para as crianças.

Por fim, no Objetivo 07 "Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente", significa para as ações do programa a valorização à condição humana, o que lhe garante a permanência nos espaços de convivência com a seca e com o semi-árido, proporcionando-lhe qualidade de vida e ambiente familiar harmônico, através da construção de 14. 000 cisternas.

É importante frisar que todas as ações aqui destacadas, foram pensadas, planejadas e realizadas conjuntamente com todas as entidades e lideranças assessoradas pelo PASA, pois, o programa entende que só há transformação social de forma efetiva e eficaz, se houver a participação qualificada de todos os atores sociais, haverá também uma motivação maior na elaboração de propostas de políticas públicas por parte da sociedade civil a fim de garantir com êxito os direitos humanos para os cidadãos.



Programa de Comunicação

Em 2008, as ações estratégicas e atividades desenvolvidas pelo Programa de Comunicação incidiram, em maior ou menor medida, sobre cinco dos oito objetivos do milênio.

Em relação ao objetivo nº 2 – “Atingir o ensino básico universal” – o Programa trabalhou na formação de professores do campo na metodologia da educomunicação, que ajuda a desenvolver as potencialidades dos alunos e promove a integração da escola com a comunidade. Esse trabalho ajuda a fortalecer o papel da escola como promotora do desenvolvimento, além de democratizar o ambiente escolar reconhecendo o papel do aluno na construção do conhecimento.

O objetivo nº 03 – “Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres” – foi, já em anos anteriores, abordado através da sensibilização e formação de comunicadores comunitários na área de gênero. Esse trabalho ainda repercutiu no ano 2008, no sentido de uma maior preocupação quanto à programação musical e jornalística das emissoras em relação a conteúdos sexistas e ofensivos aos direitos das mulheres, gradualmente banidos das rádios. Se notou também um incremento na participação feminina nas rádios, embora nas diretorias e cargos de gestão ainda prevaleçam os homens.

A redução da mortalidade infantil, expressa no quarto objetivo do milênio, também recebeu contribuições do Programa de Comunicação, através da sensibilização e formação de comunicadores comunitários sobre os direitos de crianças e adolescente. Concretamente foram veiculadas reportagens e campanhas sobre os direitos das crianças e adolescentes do semi-árido e destacou-se o protagonismo de algumas rádios comunitárias na mobilização e conquista do Selo UNICEF Município Aprovado. Além disso, o Programa de Comunicação também estimulou a participação de crianças e adolescentes na programação das rádios comunitárias.

No referente ao Objetivo do Milênio nº 7 – “Garantir a sustentabilidade ambiental” – foi realizada, já em 2006 e 2007, uma campanha de valorização e promoção da agricultura familiar. Produzida em parceria com a Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura e a Associação das Rádios Comunitárias do Território do Sisal, a campanha deu ênfase à agroecologia como uma forma sustentável de produção de alimentos.

O objetivo nº 8, especificamente a Meta 18 - “tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e de comunicações” – teve como ações estratégicas o fortalecimento e a capacitação das rádios comunitárias, a formação de jovens comunicadores, o estímulo e a formação de lideranças para o debate da democratização da comunicação, além de capacitações técnicas sobre a produção de mídia e o uso das novas tecnologias em sala de aula. Na avaliação do Programa, o debate sobre a democratização da comunicação vai além de promover o acesso aos meios de comunicação e às novas tecnologias. O trabalho gira em torno de potencializar os sujeitos desde a gestão até a produção de peças de comunicação que garantam a visibilidade das ações desenvolvidas no Semi-árido. Entre as ações desenvolvidas para atingir este objetivo, destacam-se a fundação do Comitê Regional de Democratização da Comunicação, a participação qualificada na construção de políticas públicas nas conferências regionais e estadual de comunicação e o fortalecimento de entidades do movimento social através de capacitações na área de comunicação e na construção do plano de comunicação.



Programa Criança e Adolescente

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM's) foram criados a partir de

várias discussões a nível internacional sobre as mazelas que atingem a população e o meio ambiente. Assinado por 191 países, dentre eles, o Brasil, os governos destes se comprometeram a investir recursos e esforços para conseguir em 15 anos mudar a situação ora apresentada a partir de ações que contribuam para essa mudança de forma positiva. O Movimento de Organização Comunitária com sua missão de contribuir também para a melhoria de vida das pessoas, criou no ano de 2006, o Programa Criança e Adolescente (PCA) e a partir da realização de suas ações e atividades, o PCA tem dado a sua parcela de contribuição para essa transformação social da região semi-árida e consequentemente para a transformação social do país e do mundo.

A partir das metas e dos indicadores dos ODM's o Programa Criança e Adolescente desenvolveu o seu trabalho enfatizando alguns deles, a exemplo:

a) *Erradicação da extrema pobreza e da fome – através de capacitação e acompanhamento das ações realizadas por alguns atores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), como a Pastoral da Criança, membros dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, Agentes de Saúde, dentre outros;*

b) *Reduzir a mortalidade infantil – O PCA tem trabalhado essas questões nos municípios de forma mais contundente, nos municípios que se inscreveram no Selo UNICEF – Município Aprovado, visto que os mesmos têm uma ação maior para alcançarem à meta apresentada e consequentemente reduzir este índice, portanto, o direito à vida, é discutido e trabalhado com os atores sociais do SGD como algo fundamental para que possamos garantir os demais direitos previstos por lei;*

c) *Melhorar a saúde materna – a ênfase a esse ODM também se deu nos municípios inscritos no Selo UNICEF, no entanto percebe-se a necessidade de uma maior articulação para fortalecer a discussão em torno dele, visto que esse é um dos objetivos que mais requer um trabalho sistemático com as famílias;*

d) *Garantir a sustentabilidade ambiental – o PCA trabalhou esse ODM em suas atividades*

enxergando-o como algo que precisa de muito esforço para que se consiga mudar a situação em que se encontra o planeta e a sustentabilidade ambiental. É uma questão a ser trabalhada por todos para que as nossas crianças e os nossos adolescentes possam ter seus direitos garantidos, principalmente o de viver bem e com dignidade.

Percebe-se ainda que os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio têm contribuído para a melhoria de vida das pessoas. No entanto, a necessidade de continuar na sensibilização e mobilização das pessoas e das entidades deve permear em todas as ações a serem desenvolvidas nos próximos anos, para que possamos ajudar o Brasil a alcançar sua meta, e, mais ainda para que possamos oferecer um mundo mais digno para as crianças e os adolescentes.



Programa de Educação do Campo

“O trabalho de Educação do Campo vem contribuindo para o desenvolvimento local, territorial e sustentável levando as pessoas a refletirem sobre a importância de uma vida saudável, valorizando os produtos da agricultura familiar”

Andréia Carine

Educadora do Município Riachão do Jacuípe-Ba

As ações do programa de Educação do Campo buscam contribuir com os Objetivos do Milênio, principalmente: 1, 2, 7 e 8, com as seguintes ações:

• **Objetivo 1 - Acabar com a Fome e a Miséria,** a partir do momento que as ações educativas buscam melhorar a qualidade da alimentação escolar, incentivar o plantio de árvores frutíferas, estimular às famílias a se organizarem em cooperativas e associações para melhorar sua qualidade de vida, ou seja, a educação produzindo conhecimentos que contribuem para melhorar a vida das pessoas;

• **Objetivo 2 – Educação Básica de Qualidade para todos**, quando buscamos ampliar e melhorar a qualidade da educação oferecida aos povos do campo, em especial do semi-árido, também quando se luta pelo combate ao trabalho infantil, retirando as crianças do trabalho e garantindo o acesso e a permanência das mesmas na escola em tempo integral. À população do campo que tem seu direito a uma educação negligenciada, lutamos para que todos em todas as comunidades rurais tenham o acesso a este direito.

• **Objetivo 7 – Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente**, as campanhas ambientais com práticas agroecológicas como o cuidado da água com qualidade, do manejo de solo, do plantio de árvores frutíferas e de hortas, de não fazer queimadas, a valorização da agricultura familiar, a solidariedade, da educação biocêntrica e da cooperação dentre outros aspectos. Todos estes elementos são desenvolvidos nas escolas e jornadas ampliadas visando o respeito à vida e ao meio ambiente.

• **Objetivo 8 – Todo mundo trabalhando pelo Desenvolvimento** – realizamos ações que busca construir um outro modelo de desenvolvimento sustentável, incentivando as pessoas a participação social, nos conselhos de desenvolvimento, nos espaços de construção de políticas públicas, no associativismo, enfim, de construir um desenvolvimento diferente apenas do crescimento econômico, mas de pensar as relações humanas mais solidárias e se preocupar mais com o futuro da humanidade.

Além destes objetivos, o programa também desenvolve ações na perspectiva de relações sociais de gênero com mais equidade, conforme o objetivo 3, nos encontros de formação trabalha-se com esta dimensão, bem como no espaço da sala de aula, nos jogos e brincadeiras infantis, destacando valores humanos de respeito às diferenças. No Objetivo do Milênio 4 – Reduzir a Mortalidade Infantil, a partir do combate ao trabalho infantil, na orientação às famílias para garantia dos direitos elementares das crianças, também se contribui para o atingimento deste objetivo.

O programa acredita que através de ações educativas é possível mudar o mundo, a partir

do local, da comunidade, do município, do território para o global.



Programa de Gênero

O programa de gênero ao longo da sua história vem desenvolvendo, juntamente com as organizações de mulheres da região semi-árida da Bahia um conjunto de ações na perspectiva da equidade de gênero e valorização da autonomia da mulher, tendo como base do trabalho - estratégias de intervenção nas políticas públicas, buscando a efetivação dos direitos e promoção da qualidade de vida das mulheres e suas famílias.

As ações implementadas pelo programa são taticamente importantes na contribuição às Metas de Desenvolvimento do Milênio, sobretudo no que tange o objetivo 3 e se concretizam a partir dos seguintes elementos:

- Valorização das mulheres com suas lutas, sonhos, cultura e demandas específicas;
- Incentivo à participação políticas das mulheres para interferirem em espaço de decisão;
- Capacitação de lideranças femininas tendo em vista seu empoderamento sócio-político-econômico.

Entende-se que as desigualdades de gênero estão alicerçadas nas diferentes oportunidades historicamente dadas a homens e mulheres. Construídas culturalmente, as relações sociais entre os gêneros serão reconstruídas a partir de um novo olhar sobre a mulher e sua atuação nos diferentes espaços micros e macros de participação social, onde elas decidam com autonomia sobre questões importante da sua vida, da sua família e da sua comunidade.

A luta das mulheres por seus direitos na região semi-árida tem tido como base o diagnóstico que identifica suas demandas nos vários campos das políticas setoriais. No que tange a política de saúde, tem sido diagnosticado um atendimento aquém do necessário, como resposta as

mulheres vem se articulando e implementando ações que se configura na divulgação do PAISM nas comunidades e participação de suas organizações no CMS, o que vem contribuindo significativamente para melhorar a saúde das gestantes e reduzir a mortalidade infantil, sendo essas duas metas interdependentes.

Vale ressaltar que ainda são muitas as adversidades que as mulheres da região semi-árida enfrentam, todavia, já foram dados passos importantes para a construção de políticas de desenvolvimento sustentável e inclusão social. Essa luta ganhou fôlego a partir da constituição do Fórum de Mulheres da Região Semi-árida da Bahia, onde as organizações de mulheres têm buscado entre si, com outros setores da sociedade e do governo estabelecer parcerias para o desenvolvimento, entendendo que desenvolvimento só acontece quando cada cidadão/ã viver em pleno gozo de seus direitos.

Concluimos que nenhum desenvolvimento será possível se não levarmos em conta o rompimento da desigualdade social entre homens e mulheres, e essa desigualdade tem raízes na diferenciação das oportunidades conferidas aos gêneros, sobretudo no acesso aos direitos. Portanto, se faz necessário um novo paradigma de relações humanas, para o qual é imprescindível a soma de esforços interinstitucionais das organizações de mulheres e mistas que acreditam que um mundo melhor é possível, sem perdermos de vista que a promoção da igualdade é também tarefa do Estado. Estamos nesta luta e conclamamos quem queira, possa e tenha o dever de nela entrar, pois terá sempre lugar.



Programa de Políticas Públicas

O desemprego e a fome são efeitos nítidos da desigualdade social existente na sociedade contemporânea. Essas problemáticas, antes consideradas traços exclusivos dos países periféricos, assolam também os centros do

poder econômico mundial. As recentes crises do sistema financeiro e de abastecimento de alimentos evidenciaram a vulnerabilidade presente nas grandes potências e coloca em sérias dúvidas o modelo de sociedade baseado no Estado mínimo.

No mundo, atualmente, 60% da população jovem está à margem do mercado de trabalho e 815 milhões de pessoas não possuem as condições para o consumo da quantidade mínima de calorias diárias. Enquanto isso, na realidade brasileira, as maiores taxas de desemprego e a precarização das relações de trabalho atingem principalmente a juventude, com mais ênfase entre negros e mulheres. Por outro lado, há cerca de 30 milhões de brasileiros que passam fome, sendo que, desse total, 07 milhões se encontram na região Nordeste.

Nesse período de desconfiância da auto-regulamentação das relações de mercado e da sua capacidade de atender as necessidades da população, a agenda internacional dos Objetivos do Milênio (ODM) conquista relevância para construção de políticas de Estado que priorizem a promoção do desenvolvimento sustentável das populações humanas e ecossistemas, minimizando os impactos negativos gerados pelo capitalismo global.

Ao contrário da falácia preconizada pelo neoliberalismo, assiste-se recentemente retomada da centralidade do Estado-nação na regulação econômica e social. No âmbito da disputa pela direção das políticas nacionais, as forças econômicas não são as únicas a determinar o vetor do desenvolvimento, entrando em cena um novo ator político, os movimentos sociais (povos originários, mulheres, jovens, trabalhadores). As experiências da Venezuela, Bolívia, Brasil, entre outros, indicam o fortalecimento da expressividade política de povos originários, mulheres, jovens, trabalhadores rumo à democratização do poder público, reservadas as particularidades de cada país.

Sem questionar a contradição existente na relação entre capital e trabalho, a erradicação da pobreza e da fome e a criação de uma

parceria mundial para o desenvolvimento são eixos prioritários dos ODM. Na realidade, alguns programas governamentais avançam nos aspectos da qualificação técnica e profissional de jovens para acesso ao mercado de trabalho, da segurança alimentar e nutricional, bem como distribuição de renda. Contudo, esses programas ainda possuem um caráter emergencial.

Transpor a dimensão de programas emergenciais para políticas qualificadas

e de Estado depende essencialmente da força motriz dos movimentos sociais, com clareza da sua identidade e papel político na esfera pública. Especialmente na realidade brasileira a agenda de enfrentamento do binômio desemprego-fome prescinde da participação autêntica dos movimentos de mulheres, jovens, indígenas, negros, trabalhadores/as e agricultores/as familiares na definição das políticas de desenvolvimento do país.



RELATOS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS PROGRAMAS NO ANO DE 2008



Água e Segurança Alimentar

O Programa da Água e Segurança Alimentar (PASA) desenvolve ações voltadas às estratégias de utilização da água de chuva para consumo humano e produção nos territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão, centradas em perspectivas de segurança alimentar e nutricional, além de possibilitar a reflexão e o estímulo acerca da participação das entidades da sociedade civil que compõem as Comissões Executivas Municipais em políticas públicas hídricas. Para isso são desenvolvidas várias ações e uma delas, inovadora e estratégica, neste ano de 2008, são as

capacitações com os Agentes de Saúde.

As alternativas utilizadas são sustentáveis. As denominadas cisternas de placas captam água da chuva que caem nos telhados possibilitando aos agricultores e agricultoras familiares uma água de qualidade para beber e cozinhar. Em relação à água de produção, outras tecnologias apropriadas são implantadas, como a cisterna calçadão e a barragem subterrânea despertando e criando condições para ter mais água e para uma alimentação saudável. Essas são as linhas de reflexão presentes neste relato.



ÁGUA PARA O CONSUMO HUMANO

Com a retomada do P1MC, Programa de Formação e Mobilização para Convivência com o Semi-Árido, apoiado pelo Governo Federal, a implementação do Programa Água Para Todos/ Projeto Cisternas, apoiado pelo Governo Estadual, e a parceria da iniciativa privada, a Solvay, podemos desenvolver nossas ações em relação à água para o consumo humano em 18 municípios (Anguera, Araci, Candeal, Cansanção, Capela do Alto Alegre, Conceição do Coité, Irlará, Nordestina, Nova Fátima, Pé de Serra, Queimadas, Quijingue, Riachão do Jacuípe, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Tucano e Valente).

Através das experiências de captação da água da chuva percebemos a viabilidade, a simplicidade, e o fácil manejo do equipamento pelas famílias que são envolvidas e têm seu direito à água respeitados. Na perspectiva da convivência com o semi-árido, estamos conseguindo consolidar a integração entre o homem, a mulher, o jovem e a criança com o meio ambiente, sensibilizando-os quanto à compreensão de como o clima funciona e como adaptar-se a ele numa perspectiva de convivência com o semi-árido e não de combate à seca. Além disso, a instituição contribuiu para que a água, bem natural fundamental para a manutenção da vida humana, chegue às casas de famílias excluídas e marginalizadas socialmente, agindo em conformidade com um dos objetivos do milênio que é reduzir pela metade a população sem acesso permanente e sustentável a água potável e segura.

Gerir dois programas vultosos foi um dos desafios enfrentados pela equipe técnica do PASA no início de 2008. Primeiro, porque houve a inserção de novas pessoas que precisavam compreender a dinâmica de execução das atividades e remanejamento de funções. Segundo, porque ocorreram mudanças na operacionalização dos projetos acarretando novos aprendizados e inicialmente atrasos no cumprimento das metas, fatos estes já superados.

Outro ponto que merece destaque refere-se à dificuldade de selecionar agricultores e agricultoras familiares devido à exigência de possuírem telhados de no mínimo 40 m². Obviamente, que a instituição reconhece que para armazenar água na cisterna



Água de qualidade para beber e cozinhar.

com a capacidade de 16.000 litros faz-se necessário que o telhado atinja o mínimo de 40m², pois, o índice pluviométrico da região é entre 300 a 750 mm por ano. Contudo, as famílias cadastradas e selecionadas pela Comissão Executiva Municipal têm renda baixa, a maioria vive em casebres de adobes, de chão batido, construídas com o trabalho de diárias. Isso dificulta a existência de casas com 40 metros quadrados de telhado. No entanto, a mobilização social das comunidades já está fazendo com que, ao menos a nível do Governo do Estado da Bahia, haja possibilidade de se inserir recursos no projeto, para a melhoria dos telhados.

Especificamente, no Projeto Cisternas, financiado pelo Governo Estadual, nos defrontamos com a inclusão de um critério prioritário, o Cadastro Único, ou seja, o recebimento da cisterna estava e está atrelada a esta dimensão. Neste aspecto, as Comissões Executivas Municipais e os técnicos do MOC assumiram um papel educativo-político e de exercício de cidadania encaminhando as famílias com renda com perfil de cadastro único às Secretarias Municipais de Ação Social para efetivar o cadastramento e acompanhando-as neste processo.

Em 2008, construímos 1.530 cisternas, sendo 720 financiadas pelo Governo Federal/MDS, 690 financiadas pelo Governo Estadual e 120 construídas no município de Santa Luz tendo como financiador a Solvay. Contabilizando no total dos últimos anos 9.024 cisternas de placas construídas, temos uma média de 45.000 famílias ingerindo água potável de qualidade, principalmente,

desenvolvendo sua própria autonomia; rejeitando as políticas de cunho assistencialista.

Partindo desta ótica e para se ter condições de implementá-la, os atores sociais são envolvidos em uma formação através dos Cursos de Gerenciamento de Recursos Hídricos e outros eventos de formação. A proposta metodológica está pautada no (re) fazer as ações, ou seja, na reflexão de como fazemos e como poderemos (re) direcioná-las na perspectiva de construir o conhecimento na coletividade. A troca de saberes permite que a família reflita a respeito de sua participação na comunidade, a importância de fortalecer o processo organizativo no âmbito social, econômico e político, sobre seu papel enquanto cidadão e cidadã na conquista de direitos bem como os cuidados técnicos concernentes a cisterna, o tratamento da água da chuva, a prevenção de doenças de veiculação hídrica. Realizamos 51 capacitações em Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH) e 08 recapacitações no sentido de relembrar, discutir e reforçar as práticas que garantam uma água de qualidade.

ÁGUA PARA PRODUÇÃO

Este ano ao firmar a parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza do Governo da Bahia, consubstanciamos



Água para produção, voltada para a segurança alimentar e nutricional.

também o atendimento às famílias em relação à água para produção no que se refere à construção de **20 cisternas para produção no município de Araci**. O sistema de captação através da cisterna para produção ocorre através de um calçadão ou outra técnica, como lona e pedra britada, construída no solo e capaz de escoar a água para a cisterna de 52.000 Litros. Essa água é utilizada para produzir alimento por meio da irrigação de hortaliças e plantações frutíferas no entorno da casa e para dessedentação de animais de pequeno e médio porte.

Não basta apenas água para beber e cozinhar. É preciso produzir. Devido às irregularidades dos períodos chuvosos medidas preventivas corroboram para a estocagem de água em tecnologias como também as barragens subterrâneas, que são construídas através dos apoios dos cooperadores internacionais CRS e PPM. Na verdade, o PASA atua na implementação de sítios demonstrativos, ou seja, as propriedades rurais selecionadas pela CEM e pelos técnicos do MOC recebem três tecnologias de alternativas de convivência com o semi-árido: a cisterna para consumo humano, a cisterna calçadão e a barragem subterrânea. Desta forma, **09 sítios demonstrativos** foram implementados e 161 agricultores familiares possuem conhecimento dessas práticas. Isso significa a difusão e construção

coletiva de conhecimentos de convivência com o semi-árido, numa demonstração prática de que a vida no semi-árido é possível, desde que hajam políticas adequadas a ele.

A água para produção vem assegurar com veemência que a produção de alimentos esteja voltada para a segurança alimentar e nutricional, ratificando o conceito adotado em nosso país *“a Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito ao acesso regular e permanente aos alimentos de qualidade e em quantidade suficiente sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável”*.

Partindo deste pressuposto as famílias recebem acompanhamento dos técnicos do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. O intuito básico é planejar suas propriedades e a utilização da água ajudando os agricultores e agricultoras a (re) organizar suas práticas produtivas culminando em colheitas que viabilizem a geração de renda bem como para utilização na segurança alimentar da família.

ASSESSORIA ÀS COMISSÕES EXECUTIVAS MUNICIPAIS

A assessoria as CEM's dos municípios inseridos na área de atuação do MOC consiste na capacitação das mesmas para o acompanhamento sistemático desta caminhada, assim como em elaboração de propostas em negociação com o poder público local. Neste aspecto, **71 lideranças foram capacitadas** visando atingir o objetivo citado anteriormente. Vale ainda destacar que houve um diálogo com dois municípios, Serrinha e Santa Bárbara, em relação a uma futura parceria entre a sociedade civil e o poder público local. Nossa expectativa para o próximo ano é que as CEM's possam se empoderar do seu papel político buscando elaborar, propor emendas voltada para o acesso a água através das cisternas para o consumo e produção, estas, sejam inseridas no orçamento público.

Entretanto, observamos que ainda existe uma resistência entre a sociedade civil e o poder público

para a negociação de políticas públicas voltadas para uma realidade local. Mas o fato de iniciar uma conversa com dois municípios consiste em um começo para que recursos públicos municipais sejam aplicados em atividades de captação da água para consumo humano e produção. Propomos com vista para o ano seguinte, as assessorias permanentes às Comissões Executivas Municipais a fim de pressionar a elaboração do Plano-Plurianual dentro de uma gestão participativa. Reconhecemos as nossas limitações, as dificuldades de dialogar com o poder público local, a ineficiência das ações por falta de tempo para monitorar e avaliar de perto os processos, contudo, sabemos da necessidade de um maior controle social.

Aqui é importante mencionar a parceria realizada entre o PASA, as CEM's de Araci, Cansanção, Quijingue, São Domingos e Nordestina, os Coordenadores de Atenção Básica e a Diretoria Regional de Saúde para a mobilização e capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde dos municípios acima citados nas comunidades



Através do curso de gerenciamento de recursos hídricos os beneficiados aprendem noções básicas de como cuidar das cisternas.

rurais que possuem cisternas, possibilitando uma continuidade das discussões realizadas nos cursos de GRH e garantindo água de qualidade para o consumo. Esta parceria entre a sociedade civil e o poder público foi de suma importância para integrar as ações relacionadas à saúde pública no semi-árido.

CAPACITAÇÃO DOS AGENTES DE SAÚDE

A capacitação com os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) é uma estratégia inovadora e imprescindível para a sustentabilidade das ações de água para consumo humano através das cisternas no semi-árido. Essa iniciativa foi um conquista não só do MOC, mas, de outras organizações que compõe a Articulação com o Semi-Árido (ASA) Bahia e a busca igualmente da intersectorialidade entre políticas, na perspectiva de uma maior sustentabilidade e melhor serviço ao cidadão.

O primeiro passo foi capacitar os facilitadores de GRH da ASA Bahia acerca de concepções pedagógicas e procedimentos metodológicos a serem aplicados nas capacitações com os ACS numa concepção de construção e troca de saberes baseado na proposta de convivência com o semi-árido e educação popular. Ou seja: nos dedicamos a formar multiplicadores. Passo seguinte foi a inter-relação com secretarias de educação, prefeituras municipais e os próprios agentes, na perspectiva da efetivação dos cursos.

A idéia é proporcionar acompanhamento contínuo e orientações para o manejo, cuidados e tratamento da água por parte das famílias beneficiadas com a cisterna para o consumo humano. Os Agentes Comunitários de Saúde desempenham um papel fundamental na execução desta ação, uma vez que estão cotidianamente com as famílias nas comunidades, auxiliando-as na reflexão de práticas que garantam a qualidade da água. Desde então, foram capacitados em Gestão de Recursos Hídricos e Convivência com o Semi-Árido **172 Agentes Comunitários de Saúde** nos seguintes municípios: Araci, Cansanção, Nordestina, São Domingos e Quijingue. Em 2009, as capacitações serão estendidas aos municípios de: Conceição do Coité, Pé de Serra, Riachão do Jacuípe, Serrinha, Tucano e Queimadas.

Com este trabalho, acreditamos que haverá



uma mudança nos hábitos e costumes das famílias atendidas por existir o acompanhamento sistemático culminando na promoção da saúde das mesmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliamos que o ano de 2008 para o Programa Água e Segurança Alimentar foi, sem dúvida, um ano desafiador de superação das dificuldades, pois, além de vibrar com a renovação do P1MC através da ASA, ainda firmou-se parceria com o Governo Estadual através do Programa Água Para Todos/Projeto Cisternas com a construção de cisternas de placas para o consumo, uma prática tecnológica já dominada pelos técnicos, CEM's e famílias beneficiadas, além de implementar em razoável escala a cisterna para produção. Estas tecnologias prosseguiram demonstrando que é possível transformar a realidade do sertão, assim, a concepção da Convivência com o Semi-Árido está sendo difundida, construída e executada através da mobilização das CEM's e das comunidades rurais, buscando melhorar as condições de vida das pessoas que vivem no campo, viabilizando a sua fixação.

Continua o anseio da construção de propostas de uma política pública municipal hídrica sendo garantida no orçamento. Neste sentido centraremos esforços nas capacitações e assessoria das CEM's.

Plantamos a semente da assistência sistemática e permanente dos Agentes Comunitário de Saúde perante as famílias que possuem a cisterna, porém, em virtude do baixo nível de escolaridade e falta de oportunidades nos diversos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, ficam a mercê do uso inadequado da água causando contaminação e uma série de doenças. Almejamos que os frutos sejam colhidos no ano subsequente, onde as famílias venham mudar positivamente suas práticas.

Estamos certos de que os avanços foram possíveis por causa da participação dos valorosos parceiros das entidades da sociedade civil organizada que compõe as Comissões Executivas Municipais: Apaeb's, Str's, Igrejas Católicas e Evangélicas, MMTR, Associações Comunitárias entre outras que dão sua força, coragem e perseverança na construção de um sertão mais justo. É deles mais do que nosso relato destas ações.

Confira a tabela de atividades na página 80.



A construção de cisternas rurais está proporcionando mais saúde para o povo do semi-árido.

Programa de



Fortalecimento da Agricultura Familiar no Semi-árido

O ano de 2008 foi marcado por ajustes importantes no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar: a Rede de Jovens Multiplicadores de ATER foi qualificada; a Rede de Entidades de ATER que estava sendo construída agregou-se em torno de outra Rede pré-existente – a REPARTE – e o acesso a recursos públicos para desenvolver atividades de ATER se ampliou; os empreendimentos econômicos solidários se fortaleceram e tornaram-se mais evidentes com a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com o crescimento dos grupos produtivos de mulheres e com a participação em feiras e exposições; a concepção agroecológica ficou mais enraizada com as propriedades e sítios demonstrativos; o volume de crédito rural diminuiu, mas os projetos elaborados, negociados e aprovados pelos agentes financeiros e cooperativas de crédito, foram qualificados no viés da sustentabilidade e; os territórios rurais da Bahia e a Coordenação Estadual (CET) foram mais reconhecidos e apoiados pelos governos federal e estadual. Na seqüência, o relatório anual das ações, resultados e novos desafios do Programa apresentado por Sub-programas:

Sub-Programa Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

Em 2008, o Sub-programa de Assistência Técnica reduziu o número de jovens que atuam junto às famílias, saindo de 322 em 2007 para 140 em 2008. Foi uma tarefa difícil, mas necessária ao MOC, tanto em função da dificuldade financeira de manter uma rede tão ampla quanto para promover um



Práticas de convivência com o semi-árido disseminadas.

acompanhamento sistemático no sentido de qualificá-la.

Atualmente a equipe do Sub-Programa é composta de 11 técnicos que atuam em 26 municípios dos Territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Piemonte da Diamantina. Os técnicos tiveram o papel de coordenar, animar e viabilizar as atividades desenvolvidas pelos **140 jovens nas 368 comunidades rurais**.

A proposta metodológica de valorização dos conhecimentos dos agricultores/as onde o saber técnico aliado ao saber popular contribua para a construção de um modelo de agricultura mais sustentável, continua se firmando ano a ano. Para isso, o Sub-programa tem buscado trabalhar com a disseminação de práticas de convivência com o semi-árido, a partir de um enfoque agroecológico que possibilite a transição do atual modelo de desenvolvimento agrícola.

Os jovens integrantes da Rede foram re-capacitados em 2008 nas seguintes temáticas: metodologias participativas, planejamento e gestão da propriedade, segurança alimentar, manejo de pequenos criatórios, entre outras, tudo com enfoque agroecológico, além da participação nas atividades de intercâmbios, com as quais puderam conhecer diversas experiências dos agricultores/as difusores de tecnologias.

O planejamento da propriedade continuou sendo uma importante ferramenta metodológica para dinamizar o trabalho de assistência técnica junto as famílias no sentido de se conhecer os limites e as potencialidades dos sistemas de produção, dentro de um processo participativo e de “confronto” de saberes, possibilitando a visualização das interações existentes entre cada sub-sistema existente nas propriedades. Assim, fica fácil perceber se os recursos naturais existentes nos agroecossistemas (propriedades) estão sendo potencializados, ou se há grande dependência de elementos externos à propriedade.

Uma atividade que contribuiu significativamente para dinamizar as ações nas propriedades e comunidades foram os intercâmbios. Esta prática tem proporcionado



a troca de experiências entre os agricultores e agricultoras, sendo um forte aliado na disseminação de novas práticas agroecológicas. As sistematizações de experiências das famílias agricultoras efetivadas foram importantes nos intercâmbios, uma vez que os registros serviram de estímulo a outras famílias.

Nas reuniões comunitárias promovidas durante o ano, além de orientar os agricultores sobre as questões técnicas relacionadas à produção, estes momentos foram utilizados também para discutir as questões mais gerais que envolvem a comunidade, na perspectiva de melhorar o acesso a direitos, tais como a educação, a água, a saúde e ao lazer.

As visitas técnicas às propriedades fecharam o leque de atividades desenvolvidas pelo Sub-Programa em 2007, sendo através delas que os técnicos monitoraram o desenvolvimento das atividades nas propriedades a fim de verificar os possíveis avanços e dificuldades enfrentadas pelos agricultores e suas famílias. A partir das visitas as propriedades, os jovens e os técnicos foram construindo uma relação de confiança com os agricultores e suas famílias e introduzindo os ajustes nos sistemas de produção.

Fora das propriedades e comunidades rurais, o Sub-programa de ATER procurou dar efetividade em 2008, a estratégia iniciada em 2007, de fusão do embrião de rede de entidades de ATER que estava em curso a partir do incentivo do MOC com a REPARTE (Rede de Assistência Técnica Parceiros da Terra), entidade já iniciada na região, em função desta já possuir uma certa organização e aglutinar um maior número de organizações. Assim as demais entidades que não possuem características para acessarem recursos públicos para incrementar a assistência técnica, ficariam com o papel de exercer o controle social das ações.

Desta forma, a Arco Sertão, A Rede de Produtoras da Bahia, o Centro São João de Deus e a APAEB Serrinha, que antes estavam na embrionária rede que estava sendo incentivada pelo MOC, passaram a compor a REPARTE, somando-se às outras 11 organizações anteriormente filiadas, onde se incluía o MOC. Atividades de intercâmbio entre as organizações, cursos de capacitação para os técnicos e encontros de monitoramentos já foram realizados em 2008. Estes momentos promoveram também trocas de experiências entre as entidades. Como resultado mais concreto, a Arco Sertão, a Rede de Produtoras e o Centro São João de Deus já começaram a acessar diretamente recursos do governo federal.

No ano de 2008, uma outra frente aberta pelo sub-programa de ATER para o aprimoramento das ações junto aos agricultores e agricultoras familiares foi a parceria no Projeto Agrofuturo (Núcleo Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar), desenvolvido por iniciativa da EMBRAPA Semi-Árido, SEBRAE, MDA/SAF e APAEB – Valente, em parceria com outras organizações do Território (CODES, FATRES, CAR, IDR Sisal, EBDA, BNB e Prefeituras Municipais). O Núcleo foi concebido para o resgate e geração de conhecimentos que respondam aos entraves produtivos locais de modo que se respeite e compreenda as dinâmicas situacionais, servindo como espaço de aprendizagem para uma convivência construtiva entre técnicos de diferentes

saberes e desses técnicos com os agricultores. Seu principal objetivo é desenvolver arranjos institucionais como alternativa de catalisar os esforços das organizações públicas, privadas e não governamentais, com vistas a incrementar o desenvolvimento tecnológico e de gestão da agricultura familiar, contribuindo assim para sua viabilização econômica e social. A partir de uma ação integrada dos diversos parceiros, foi possível realizar no decorrer do ano eventos de mobilização com os agricultores e agricultoras que integram as cadeias produtivas da apicultura/meliponicultura, caprino/ovinocultura, mandiocultura, fruticultura e sisal, resultando em um diagnóstico amplo destes segmentos. Estes diagnósticos serviram para mobilizar as instituições de pesquisa para uma ação mais direta no território.

Diante desta perspectiva, foi possível implantar algumas UTDs (Unidades Técnicas Demonstrativas) no território, a partir de uma iniciativa do Banco do Nordeste - CE e a EMBRAPA Algodão. Essas unidades têm como objetivo pesquisar a adaptação de algumas tecnologias na área da caprino/ovinocultura, com a implantação de espécies forrageiras e o uso monitorado dessas espécies na alimentação animal. As unidades, implantadas em propriedades de agricultores familiares, pretendem servir de referência para outros agricultores. Além dessas unidades experimentais, foram implantados sistemas de captação de água para a produção (barragens subterrâneas e barreiros de salvação), que vieram se somar as diversas experiências de captação de água para a produção já difundida pelo MOC na região.

Sub-Programa de Agroindústria e Comercialização (SAC)

Em 2008, o Sub-programa de Agroindústria e Comercialização priorizou o acompanhamento técnico sistemático, junto ao seu público, formado por 25 Grupos de Mulheres Produtoras (GMP), 8 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), a Rede de Produtoras da Bahia (RPB) e a Agência Regional de Comercialização da Bahia (Arco



Grupo Prosperar de Retiroândia fornecendo para o PAA

Sertão), todas elas atuantes nos Território do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão.

As ações estratégicas desenvolvidas foram as seguintes: i. Formação continuada e acompanhamento técnico sistemático aos Empreendimentos Econômicos Solidários e a Agência Regional de Comercialização no processo de gestão, organização e certificação da produção; ii. Acompanhamento técnico sistemático e formação continuada aos processos de gestão e político-organizacional a Grupos de Mulheres Produtoras e a Rede de Produtoras da Bahia; iii. Apoio e assessoria aos Empreendimentos Econômicos Solidários, Agência Regional de Comercialização, Grupos de Mulheres Produtoras e Rede Produtoras da Bahia no acesso a mercados (locais, territoriais e institucional) e na participação em feiras/ eventos de Economia Solidária e Agricultura Familiar.

Estas ações foram conduzidas a partir dos intercâmbios, seja por meio das trocas de saberes e experiências realizadas nas visitas de intercâmbios interestadual, intermunicipais entre GMPs e EESs, ou ainda através da realização de encontros entre os GMPs, EESs e agricultores/as experimentadores/as de Agroecologia.



Encontro de agroecologia e economia solidária também proporciona o resgate cultural.

Para a formação continuada e acompanhamento técnico sistemático a Empreendimentos Econômicos Solidários e a Agência Regional de Comercialização no processo de gestão, organização e certificação da produção, foram priorizadas duas cadeias produtivas: a da apicultura/meliponicultura e a da caprinocultura/ovinocultura.

Na da apicultura e meliponicultura, potencializando a Cooperativa dos Apicultores e Meliponicultores do Semi-Árido do Estado da Bahia (COOAMEL), através da organização de 140 apicultores e meliponicultores nos municípios, viabilizando a participação deles em congressos, eventos e feiras. O MOC desenvolveu o acompanhamento mais sistemático, com a contratação de 10 Agentes Comunitários de Apicultura (ACA). Foram realizadas formações modulares com os agentes, apicultores e meliponicultores, abrangendo temas que foram desde as noções básicas para a criação até questões mais específicas da produção, gestão e comercialização.

Na caprinocultura e ovinocultura, a ação ocorreu através de oficinas, seminários, reuniões, visitas, audiências públicas e intercâmbios com os/as agricultores/as, representantes da sociedade civil e do poder público para a

viabilização da produção e comercialização da carne, do leite e do couro dos animais. Os/as agricultores/as se organizaram através da COPERGAMA, Associação Comunitária Bastianense, COOBENCOL, COOAFES e COOPERCRIA dos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe, em busca de alternativas para o escoamento da produção. A parceria com a COOAPI no município de Pintadas vem sendo consolidada para que a cooperativa receba os animais das organizações do Sisal e Bacia do Jacuípe, faça o abate e o beneficiamento da carne, sendo inspecionada e certificada conforme a legislação sanitária nacional, e faça a comercialização dos produtos para os mercados tradicionais e, especialmente, permitindo que diversos EES tenha acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos com a venda de animais legalmente abatidos e entregues para as doações simultâneas.

Outro elemento que merece destaque foi o fortalecimento da identidade política da Arco Sertão, que vem sendo afirmada enquanto representação dos 30 EES dos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe. A Arco vem sendo reconhecida em diversos espaços, tais como a Câmara Técnica Estadual de Comercialização, a Coordenação do Fórum Estadual de Economia Solidária, o Fórum Estadual de Agricultura Familiar, as Plenárias Nacional e Estadual de Economia Solidária, a UNICAFES (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia solidária), Conferências Regional, Estadual e Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e dos Conselhos de Desenvolvimento Territorial (CODES Sisal e CODES Jacuípe).

No acompanhamento técnico sistemático e formação continuada aos processos de gestão e político-organizacional a Grupos de Mulheres Produtoras e a Rede de Produtoras da Bahia, foram priorizadas a qualificação da produção, a organização gerencial dos GMP's e da própria RPB e a formação política das mulheres produtoras. Neste sentido pode-se apontar como resultados a diversificação da produção dos GMP, atuando nos campos do artesanato de fibras, artesanato de tecidos, avicultura caipira, horticultura agroecológica e culinária regional, podendo

apontar como de maior relevância os quintais produtivos, nos quais os grupos começam a produzir as principais matérias-primas utilizadas para o processo de produção. Outro elemento que merece destaque neste campo é a prática da intercooperação e o consumo solidário, já que os grupos que atuam na culinária regional passam a ter como fornecedores de matérias-primas os grupos que atuam nas demais áreas, formando um mercado solidário alimentado pelas próprias mulheres produtoras.

O fortalecimento dos GMPs que passa também pelo fortalecimento organizacional da RPB ocorridos em 2008, pode contabilizar os seguintes resultados: a) expansão dos GMPs, saindo em 2007 de 39 grupos e finalizando em 2008 com 47 grupos filiados, tendo, dentre estes, 25 apoiados sistematicamente pelo MOC; b) consolidação da identidade jurídica da RPB, constituindo-se enquanto uma cooperativa de mulheres produtoras, o que tornou possível, por exemplo, a participação dos GMP em licitações públicas; c) a participação da RPB em espaços políticos enquanto representação institucional das mulheres produtoras, tendo destaque a Coordenação do Fórum Estadual de Economia Solidária, as Plenárias Estadual e Nacional de Economia Solidária, as Conferências Regional, Estadual e Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, as Conferência Regional, Estadual e Nacional de Políticas para Mulheres, o Comitê Gestor Ampliado do Programa Organização Produtiva das Mulheres Rurais¹, o Fórum de Mulheres da Região Semi-árida e a Rede de Mulheres do Nordeste.

Merece também destaque no ano de 2008, o reconhecimento da ação das mulheres² com a conquista do Prêmio "Objetivo do Milênio" organizado pela Presidência da República em parceria com a sociedade civil, no qual a prática

¹ Este comitê é constituído por Redes Regionais e Nacional que representam grupos de mulheres produtoras e pelo Governo Federal por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Especial de Pesca, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Meio Ambiente, além da Companhia Nacional de Abastecimento.

² Nessa ação participaram diretamente os Grupos de Mulheres Produtoras, os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais, os Coletivos de Mulheres dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Coité e Valente e a Rede de Produtoras da Bahia.



Sonho realizado: Rede de Produtoras da Bahia inaugura espaço de comercialização.

do Projeto Mãos que Trabalham³ alcançou dois objetivos: o de número 1 - Erradicar a Fome e a Pobreza e o de número 3 - Promover a Igualdade entre os Sexos e a Autonomia da Mulher.

Como medidas para apoiar e assessorar os Empreendimentos Econômicos e Solidários, Agência Regional de Comercialização, Grupos de Mulheres Produtoras e Rede Produtoras da Bahia no acesso a mercados (locais, territorial e institucional) e na participação em feiras/eventos de Economia Solidária e Agricultura Familiar, o subprograma juntamente com a RPB e Arco Sertão deu passos bastante significativos para a viabilização da comercialização dos produtos dos/as agricultores/as familiares nos mercados tradicionais locais (supermercados, mercadinhos, feiras livres e encomendas), institucional (Programa de Aquisição de Alimentos com doação simultânea - PAA) e mercado justo e solidário com participações das entidades nas feiras e eventos municipais, regionais, estaduais e nacionais.

Além destes espaços de comercialização, o MOC apoiou a RPB na busca de alternativas que viabilizassem e dinamizassem a comercialização dos produtos dos GMP filiados. A cesta solidária foi uma das alternativas. Ela é composta por

³ Projeto fruto do convênio do MOC com a Petrobrás.

produtos alimentícios produzidos pelos GMP e são distribuídas mensalmente a um grupo de clientes. Vale ainda mencionar a abertura de dois espaços solidários, um para a comercialização direta dos produtos (loja) e o outro de prestação de serviço (fornecimento de alimentações e alojamentos).

Procurando mecanismos alternativos para o acesso das mulheres ao crédito, foi constituído o Fundo Solidário para as Mulheres Produtoras, fato que vem possibilitando os GMP acessarem os mercados com o capital de giro para a compra de matérias-primas para entrega de produtos comercializados através de licitações públicas, bem como para realização de compras coletivas de insumos que contribuem para a diminuição dos custos de produção.

Algumas questões são apontadas como desafios a serem superados para o ano 2009:

a) O baixo nível de escolaridade dos/as agricultores/as que compromete, por exemplo, a auto-gestão dos GMP e EES, a participação qualificada nos espaços

estratégicos de construção e monitoramento de políticas públicas e o acesso aos mercados;

b) Espaços de produção sem estrutura coerente com as normas estabelecidas pela legislação sanitária para emissão de certificação;

c) A falta de certificação dos produtos para a comercialização em outros mercados;

d) Incentivar os GMP e EES, para a comercialização da produção em outros mercados institucional, a exemplo da alimentação escolar;

e) Intensificar as sistematizações das experiências dos GMP e EES e disseminar, visando consolidar a sustentabilidade de outros GPM e EES;

f) Intensificar as ações em torno da estruturação da cadeia produtiva (caprina/ovina), visando sua organização, beneficiamento da carne e comercialização junto à COOAP, COOBENCOL, COOPERGAMA, COOAFES, COOPERCRIA e Associação Bastianense, para o PAA e alimentação escolar;

g) Incentivar a realização de momentos de Trocas Solidária de Produtos e Saberes com ênfase na Economia Solidária, Agroecologia e Sustentabilidade.



Programa de Aquisição de Alimentos – PAA
11 EES diretamente envolvidos com o PAA
09 GMP diretamente envolvidos com o PAA
490 agricultores/as comercializando via PAA
21.883 beneficiários/as consumidores/as
R\$ 1.344.581,00 foi o valor total dos projetos contratados pelo PAA

Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)
Prática: Projeto Mãos que Trabalham: transformando a Vida das Mulheres dos Territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portão do Sertão.
Iniciativas do projeto:
Acabar com a fome e a miséria;
Igualdade entre sexos e valorização da mulher.

Sub-Programa de Crédito

O ano de 2008 foi atípico para o Sub-Programa de Crédito no que diz respeito ao acesso das famílias rurais aos financiamentos para a estruturação e dinamização produtiva dos seus empreendimentos. Enquanto nos anos anteriores, a soma anual dos beneficiários superava as 1.000 famílias e os recursos aplicados R\$ 3,0 milhões, neste ano o crédito só chegou a 474 família num montante total de R\$ 1.006.302,70.

Em parte, esta retração pode ser atribuída à redução da aplicação de recursos do PRONAF

Participação da RPB e Arco Sertão nas Feiras e eventos:
Feira Nacional da Agricultura Familiar – Rio de Janeiro-Ba
Feira Estadual de Economia Solidária – Salvador-Ba
3ª e 4ª Feira das Produtoras da Bahia – Salvador-Ba
FENAGRO – Salvador-Ba
ExpoFeira – Feira de Santana-Ba
Feira do Semi-árido – F. Santana-Ba
ExpoMundo Rural – Santiago - Chile
Feiras de Economia Feminista e Solidária – Natal - RN
Feiras de Economia Feminista e Solidária – Recife - PE
EXPO CEAPE – Salvador - Ba
Expo Bahia – Salvador - Ba
Colóquio Internacional do Ensino Superior – F. de Santana-Ba
Feira do Mel – F. de Santana-Ba
Encontro Estadual de Artesanato.

(Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) nos municípios na região de atuação do MOC em função do crescimento da inadimplência na Bahia como um todo. Contudo, também é correto afirmar que a equipe de técnicos do MOC não conservou o mesmo impulso dos anos anteriores na elaboração e negociação dos projetos junto aos agentes financeiros. Esta segunda constatação torna-se mais evidente quando se analisa a abrangência do crédito e verifica-se uma concentração de liberações em alguns municípios, através das cooperativas de crédito, em detrimento da não aplicação verificada em outras localidades.

No quadro que se segue, estão as aplicações que ocorreram com os recursos em circulação no COGEFUR (Conselho Gestor do Fundo Rotativo):

É de se observar que, de fato, os recursos do COGEFUR estão cumprindo o seu objetivo de continuar beneficiando as famílias da região, na medida que estes recursos emprestados em 2008 foram provenientes dos reembolsos dos financiamentos concedidos nos anos anteriores.

Nos dois quadros seguintes estão

PROJETOS DE INVESTIMENTO LIBERADO EM 2008 PELO COGEFUR		
Cooperativa Aplicadora	Famílias	Valor R\$
COOPERAR	59	R\$ 123.335,68
SERTÃO	25	R\$ 21.479,16
GRANDE	61	R\$ 120.000,00
CREDITE	0	R\$ -
CRESER	23	R\$ 47.997,77
CREDIMONTE	14	R\$ 34.500,00
COOPERE	1	R\$ 10.000,00
ITAPICURU	41	R\$ 91.699,75
SERRINHA	56	R\$ 146.552,54
PARAGUASSU	31	R\$ 60.000,00
TOTAL*	311	R\$ 655.564,90

apresentados os recursos mobilizados do Banco do Brasil. O primeiro quadro corresponde aos recursos para investimentos nas propriedades e o segundo para o custeio anual das lavouras e ou manutenção dos criatórios:

Como pode ser percebido, em 2008, diferente dos anos anteriores, não houve a participação do Banco do Nordeste na concessão do crédito rural para as cooperativas e destas para os agricultores.

Este baixo desempenho fez o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar refletir muito em torno desta situação para definir os caminhos necessários para a reversão. No seminário de avaliação, realizado no mês de dezembro pelo MOC e nos eventos coletivos de monitoramento com as entidades parceiras filiadas a REPARTE, um conjunto de indicações foram feitas para que em 2009, o número anual das operações de crédito volte ao patamar anterior. No entanto, uma estratégia importante será levada a efeito: a boa utilização do crédito para promover a sustentabilidade

PROJETOS DE INVESTIMENTOS LIBERADOS PELO BANCO DO BRASIL EM 2008		
Cooperativa	Famílias	Valor R\$
COOPERAR	7	R\$ 51.828,65
SERTÃO		
GRANDE		
CREDITE		
CRESER	13	R\$ 73.224,42
CREDIMONTE		
COOPERE		
ITAPICURU	32	R\$ 187.812,38
SERRINHA	7	R\$ 43.809,51
PARAGUASSU	2	R\$ 12.962,16
TOTAL*	61	R\$ 369.637,12

PROJETOS DE CUSTEIO LIBERADOS PELO BANCO DO BRASIL EM 2008		
Cooperativa	Famílias	Valor R\$
COOPERAR	33	R\$ 74.571,08
SERTÃO		R\$ -
GRANDE	63	R\$ 469.579,34
CREDITE	1	R\$ 4.070,45
CRESER	5	R\$ 22.889,82
CREDIMONTE		R\$ -
COOPERE		R\$ -
ITAPICURU		R\$ -
SERRINHA		R\$ -
PARAGUASSU		R\$ -
TOTAL*	102	R\$ 571.110,69

das propriedades. O compromisso do MOC junto às entidades parceiras e organizações da agricultura familiar da região é a de não promover o crédito pelo crédito, mas buscar o alinhamento deste com a re-estruturação das propriedades no seus complexos sub-sistemas a caminho da agroecologia. Os investimentos a serem feitos, pois, deverão estar vinculados a uma estratégia clara de transição agroecológica. Implica, na prática, em sair do tradicional crédito para formar pastagens, melhorar as instalações, adquirir animais, entre outros, para inovar com investimentos na manutenção e recomposição da caatinga, implantação de banco de forrageiras protéicas, sistemas simplificados de captação e utilização de água, etc.

Outro diferencial do Sub-programa de Crédito é que este, acompanhando ao que já ocorreu em 2008, deixou de prestar assessoria direta às Cooperativas de Crédito, a Associação das Cooperativas de Economia Familiar (ASCOOB) e ao COGEFUR, centrando sua atuação na viabilização do crédito para as famílias atendidas

pelos Sub-programas de ATER e SAC. A percepção do MOC é que estas instituições já alcançaram um nível de autonomia que não mais justifica uma assessoria direta. Em todos os três casos, já existem quadros técnicos próprios e mantidos com os recursos gerados por elas, para prestar os serviços que eram assumidos pelo MOC e que foram gradativamente – como mesmo tinha que ser – sendo desenvolvidos por eles próprios. O MOC, para estas instituições, continuará prestando uma assessoria mais eventual e mais especializada.

Sub-Programa de Desenvolvimento Territorial

Nos últimos anos, em função da dinâmica que vem sendo estabelecida na Bahia, com o processo de revelação, identificação e organização dos Territórios de Identidade (aqui entendido como espaço físico que agrupa municípios, geograficamente definido, caracterizado por critérios multidimensionais) e o reconhecimento destes como unidades de planejamento, desencadeou-se uma nova perspectiva de desenvolvimento sustentável que vem colaborando para a gestão social, o fortalecimento de redes sociais, a articulação de políticas públicas e a dinamização econômica das localidades. Com atuação histórica em dois Territórios específicos, denominados Bacia do Jacuípe e Sisal, o MOC vem apoiando o funcionamento dos Colegiados Territoriais, enquanto espaços que buscam a implementação de processos de planejamento e gestão participativa do desenvolvimento territorial sustentável.

As ações de apoio ao desenvolvimento territorial, especialmente nesses dois territórios rurais - Sisal e Bacia do Jacuípe - além das ações de educação, fortalecimento da agricultura familiar, comunicação comunitária e fortalecimento institucional de organizações, o MOC, através do Sub-programa de Desenvolvimento Territorial, ofereceu apoio técnico aos Colegiados Territoriais (Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bacia do Jacuípe e Sisal – CODES Sisal

e CODES Bacia do Jacuípe), que envolvem representações da sociedade civil organizada e instituições públicas que integram os 33 municípios dos dois Territórios. Esses Colegiados Territoriais têm por finalidade implementar processos de planejamento ascendente, possibilitando, a reflexão, a análise e a proposição de ações prioritárias para a promoção do desenvolvimento local, com sustentabilidade ambiental, social e econômica.

A construção e implementação desta proposta, que busca a articulação de agentes e de políticas públicas, procuram superar problemas e qualificação das demandas e soluções, convocando o poder local e a sociedade civil organizada a assumirem papéis de protagonistas das ações.

Ao MOC neste ano, coube dar continuidade ao desenvolvimento de ações e atividades que levaram em consideração os princípios que caracterizam os processos metodológicos participativos e educativos de gestão compartilhada. Consoante com esse propósito, o Sub-programa de Desenvolvimento Territorial promoveu e apoiou a elaboração, a qualificação e a gestão dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável, que visam estimular o desenvolvimento harmônico dos Territórios Rurais.

Também no ano de 2008, o MOC deu continuidade ao apoio à dinâmica do desenvolvimento territorial no âmbito estadual. Neste sentido, apoiou-se o fortalecimento da rede de Colegiados Territoriais, representado pela CET (Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia). Outra ação desenvolvida diz respeito à negociação para implementação de políticas públicas sob a gestão social dos Colegiados Territoriais. Esta ação, de uma forma geral, obteve avanços mais consideráveis, fato traduzido pela ampliação das instâncias públicas, no âmbito estadual e federal, que passaram a considerar os Territórios como Unidades de Planejamento de suas políticas. Ainda no âmbito estadual, contribuiu-se para a elaboração de orientações, documentos e pautas que subsidiaram a intermediação entre estas instituições e os Colegiados Territoriais.

A percepção geral é de que os Colegiados dos Territórios de Identidade da Bahia, dentre eles, o do Sisal e Bacia do Jacuípe, vem sendo considerados como espaços privilegiados de gestão social e planejamento do desenvolvimento. Resumidamente e de maneira geral, como destaque das ações apoiadas diretamente e/ou estimuladas pelo MOC, especialmente nos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe, pode-se citar como de maior valor:

- *O apoio às negociações com instituições governamentais para ampliação do reconhecimento dos Territórios de Identidade e dos Colegiados Territoriais, enquanto unidades de planejamento e gestão de políticas públicas;*
- *As negociações e apoio à captação e aplicação de recursos financeiros de apoio à infra-estrutura e serviços nos Territórios Rurais, buscando-se o fortalecimento das economias territoriais;*
- *As negociações para captação de recursos técnicos e financeiros para atividades de planejamento, gestão e monitoramento de ações territoriais promotoras do desenvolvimento sustentável, através dos Colegiados Territoriais e;*
- *O apoio dado ao funcionamento e estruturação da Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia.*

Para o desenvolvimento dessas ações, foi necessária a realização de reuniões, encontros, visitas e elaboração de documentos e estudos. Numa análise crítica e enquanto balanço dos esforços empreendidos no ano de 2008, constata-se a amplitude dos desafios. A consolidação da articulação das políticas públicas e o fortalecimento dos Territórios e seus Colegiados deverão, necessariamente, permitir a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado da Bahia, entendido com um processo necessariamente dinâmico e multidimensional, e, portanto, articulador e conciliador de setores econômicos, atores sociais, práticas culturais e realidades ambientais diversas. Ao MOC se exigirá, na missão que lhe cabe, continuar apoiando as organizações, tanto da sociedade civil, quanto do poder público, na ampliação das capacidades de organização e de gestão social.

Fundamentalmente, dentre outros aspectos também importantes, o desenvolvimento do meio rural, o fortalecimento da agricultura familiar e o acesso à terra são elementos capazes de enfrentar a raiz da pobreza e da exclusão social no Semi-árido da Bahia. Neste contexto, uma nova ruralidade está se formando a partir das múltiplas articulações inter-setoriais que ocorrem no meio rural, garantindo a produção de alimentos, a integridade territorial, a preservação da biodiversidade, a conservação dos recursos naturais, a valorização da cultura, da educação contextualizada e da multiplicação de oportunidades de inclusão.

O desenvolvimento sustentável, com ênfase nas dinâmicas territoriais, tem se mostrado como uma estratégia postulada por muitos, como requisito para dinamizar e articular diferentes processos locais de forma permanente e adequada à realidade local, em contraposição à estratégia de desenvolvimento com ênfase na supremacia da dimensão econômica. Esta opção está fundamentada no entendimento de que o território é importante condição de poder, o que significa dizer que a territorialidade pode ser entendida como uma estratégia para influenciar ações por intermédio do controle, não só do espaço, mas também do tempo.

Desta forma, as ações desenvolvidas pelo MOC até então, com destaque para os Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe, contribuíram para a sensibilização e instrumentalização dos atores locais para pensar e agir sobre os territórios de forma mais ampla e sistêmica, bem como na estruturação/fortalecimento de instâncias comprometidas com a gestão social do desenvolvimento territorial e seus instrumentos de planejamento.

Para 2009, as ações a serem desenvolvidas pelo MOC, devem dar continuidade, de forma mais qualificada, no processo de articulação de políticas públicas e gestão social do desenvolvimento.

Confira a tabela de atividades na página 81.



Programa de **Comunicação**



O ano de 2008 foi marcado pela mobilização inédita dos movimentos sociais da Região Sisaleira em torno da democratização da comunicação, o que resultou na proposição de políticas públicas durante a 1ª Conferência Estadual de Comunicação Social da Bahia. O objetivo da democratização da comunicação também orientou as ações de educomunicação desenvolvidas pelo Programa em escolas

do campo e na formação de educadores e comunicadores. As rádios comunitárias da região conseguiram qualificar o processo eleitoral nos municípios com a realização de debates e entrevistas pautadas pelas demandas da sociedade civil organizada. E com o Observatório do Semi-árido o Programa implementou uma proposta inovadora de qualificação da cobertura jornalística da região.

Na perspectiva da democratização da comunicação, o ano de 2008 trouxe a inédita oportunidade de debate e construção de políticas públicas no espaço formal de uma conferência estadual, convocada oficialmente pelo Governo do Estado da Bahia. Ciente desse momento histórico, o Programa de Comunicação buscou, nos meses que antecederam à Conferência, abrir e qualificar o debate sobre a democratização da comunicação, envolvendo públicos e atores além daqueles diretamente envolvidos e interessados no assunto como as rádios comunitárias ou os estudantes e profissionais de comunicação. Com esse esforço, conseguiu-se envolver também grupos como os Sindicatos

de Trabalhadoras Rurais, educadores do campo, jovens rurais, o movimento de mulheres e integrantes das cooperativas da agricultura familiar.

A estratégia principal do Programa foi articular, junto ao Comitê pela Democratização da Comunicação da Região Sisaleira, um Seminário Regional com a participação de mais de 150 representantes dos mais diversos grupos e organizações dos Territórios do Sisal e da Bacia do Jacuípe. O resultado foi a Carta de Coité com uma série de propostas de políticas públicas para a democratização da comunicação (veja box). No processo de preparação da Conferência, a Associação de Rádios e TVs Comunitárias do Território do Sisal (Abraço Sisal) teve um papel destacado, expressando como única representação do interior os interesses do povo do semi-árido. Lideranças da Abraço Sisal e Abraço Bahia fizeram parte do Grupo de Trabalho oficial que preparou as plenárias territoriais e estadual da Conferência.

Ao menos nessa fase preparatória da Conferência, as entidades integrantes do Comitê tornaram-se interlocutores do Governo nos debates e proposições de políticas e ações de comunicação. A participação do público assessorado e mobilizado pelo MOC culminou na plenária territorial de Feira de Santana, com mais de 200 representantes dos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe compondo a maioria do público de aproximadamente 400 pessoas. Em consequência disso, os dois territórios elegeram o maior número de delegados para a etapa estadual e as propostas da Carta de Coité subsidiaram os debates na Conferência Territorial de Feira de Santana, com boa parte deles aprovadas como prioridade pelos participantes da Conferência Estadual, realizada no mês de agosto em Salvador.

Do “espetáculo de participação” para a luta por políticas públicas

O que se seguiu à realização da 1ª Conferência Estadual de Comunicação foi, no entanto, um silêncio total do Governo do Estado e uma interrupção abrupta do diálogo antes



Crianças do projeto Educomunicação no Campo em frente a Agência Mandacaru, em Retirolândia.



Mesa do Seminário Regional de Democratização da Comunicação em Conceição do Coité.

estimulado para garantir a participação no processo da Conferência. Para os que trabalharam duramente na mobilização da sociedade em torno de uma nova política de comunicação no Estado e acreditaram no compromisso do Governo, ficou a impressão de um “espetáculo de participação popular”, encenado pelo Governo e sem nenhum resultado efetivo em termos de políticas públicas e ações governamentais nessa área. Isso pode ser atribuído em parte à campanha para as eleições municipais que se iniciou logo após a Conferência Estadual e igualmente ao fato de que o MOC e as entidades da região, integrantes no Comitê pela Democratização da Comunicação da Região Sisaleira, não conseguiram continuar presentes nos espaços de debate e negociação da capital após a Conferência – em parte devido à falta de recursos, mas também porque o Governo voltou a dialogar apenas com um número bem restrito de entidades da capital.

Um sinal claro do abandono do processo por parte do Governo é que mais de quatro meses após a realização ainda não haviam sido publicados os encaminhamentos da Conferência, ficando o movimento pela democratização sem essa referência fundamental no monitoramento da implementação das propostas. Decorrente da desmotivação do movimento, que havia entrado com muito entusiasmo na luta

por transformações democráticas na área de comunicação, arrefeceram também a participação das entidades nos debates de comunicação dos Territórios e os trabalhos do próprio Comitê.

Diante das expectativas frustradas, os desafios para o trabalho em 2009 são grandes: É preciso retomar o processo de mobilização pela democratização da comunicação na Região Sisaleira, agregando novos integrantes ao Comitê e intensificar o debate na região. Em relação ao Governo do Estado, o desafio é cobrar um diálogo sincero e estruturado que respeite as organizações do interior como interlocutores e iniciar um processo de monitoramento constante da implementação das propostas elaboradas na Conferência. Para isso, torna-se necessário mobilizar outros territórios rurais além do Sisal e da Bacia do Jacuípe para fortalecer o diálogo junto ao Governo do Estado.

Fortalecimento da comunicação dos movimentos sociais

No campo de fortalecimento institucional, o Programa de Comunicação, atua diretamente na assessoria de comunicação a algumas entidades da sociedade civil regional, entre elas: a Agência Regional de Comercialização (Arco Sertão), Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura (AMAC), Associação de Rádios e TVs Comunitárias do Território do Sisal (Abraço Sisal), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e os Pólos Sindicais do Sisal e Bacia do Jacuípe.

No ano de 2008, para algumas entidades, a assessoria foi intensificada na definição e produção de peças institucionais. Com a Arco Sertão, trabalhou-se na definição sobre a utilização da marca, construção do site e do boletim eletrônico e na produção de uma campanha radiofônica com informações sobre os empreendimentos solidários e os produtos da agricultura familiar. Em relação ao MMTR, o programa tem acompanhado a construção e execução do planejamento estratégico na área de comunicação, tendo como resultado a finalização da marca e a construção de um folder institucional.

O trabalho de assessoria desenvolvido junto às emissoras também gerou resultados interessantes neste ano, com destaque para a metodologia de intercâmbio trabalhada entre as rádios comunitárias na área de gestão e programação jornalística. A partir dessa metodologia, as rádios comunitárias construíram um plano de ação que contribuiu com o processo eleitoral nos municípios, desenvolvendo campanhas radiofônicas com enfoque no voto consciente e nas propostas de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dos municípios e promovendo debates e entrevistas. Foram realizados dez debates municipais e entrevistas, além de uma série de reportagens envolvendo os candidatos ao poder legislativo e executivo que concorreram ao pleito 2008/2012.

Devido à finalização de alguns projetos, as capacitações e encontros com os comunicadores comunitários foram interrompidos, permanecendo uma assessoria limitada à instituição Abraço-Sisal. Em relação a Agência Mandacaru, a assessoria do programa se empenhou em ajudar na elaboração de projetos para a captação de recursos, no entanto, ainda não houve resultados concretos. Passos importantes foram dados junto às rádios comunitárias no campo da captação de recursos. Um avanço na garantia da sustentabilidade foi a elaboração e aprovação de projetos para o edital Pontos de Cultura, que permite dar continuidade



Gravação de reportagem sobre o projeto Cabra Escola, veiculada no Programa Globo Rural em cadeia nacional.

às ações da Abraço Sisal nos próximos três anos. Mesmo de forma tímida, as entidades já conseguem ter domínio na elaboração de projetos o que aponta para um maior grau de autonomia e sustentabilidade.

Na linha de capacitação técnica na área de comunicação, o programa desenvolveu atividades com o MMTR, Arco Sertão e os Pólos Sisal e Bacia do Jacuípe. Estas atividades tiveram como objetivo, contribuir na construção e execução de planos de comunicação, e o fortalecimento institucional através da formação de equipes de comunicação.

Alguns desafios são apontados para a continuidade dos trabalhos nessa linha. Um deles é a reestruturação da Agência Mandacaru com a integração de novos sócios, assessoria na captação de recursos e apoio na organização interna da entidade, ressaltando os princípios da economia solidária. Além disso, é importante assegurar condições de assessoria e articulação entre as rádios filiadas a Abraço Sisal, estabelecendo novas parcerias com o Governo do Estado e apoiando a captação de recursos da entidade.

Em relação às demais entidades assessoradas, o desafio é garantir a continuidade ao processo de capacitação no campo de formação de diretores de comunicação, além de possibilitar o acesso ao mercado, em relação aos produtos da agricultura familiar, através da Arco Sertão, utilizando de estratégias de comunicação que efetivamente fomentem a comercialização dos produtos da economia solidária.

Novos caminhos para a educomunicação no campo

Nos municípios de Conceição do Coité, Retirolândia e Valente, o projeto Educomunicação no Campo, desenvolvido desde o ano de 2006, começa a se consolidar. Em 2008, 33 educadores foram estimulados a trabalharem em sala de aula com a produção de fanzines, jornais-mural e programas de rádio que abordam a realidade local e buscam estratégias de intervenção nas políticas públicas locais.

Como resultado do trabalho de educomunicação, os educadores identificaram melhor desenvolvimento oral e escrito das crianças, melhor relacionamento entre educador e aluno, maior interesse por pesquisas e a construção de uma postura diferenciada das crianças em relação à mídia. A parceria estabelecida entre as rádios Estrela FM, em Retirolândia, e Sabiá FM, em Conceição do Coité, permitiu às crianças, adolescentes e educadores conhecerem na prática o dia-a-dia dos comunicadores, além de perceberem as diferenças existentes entre rádios comunitárias e comerciais. Deste modo, ao mesmo tempo em que permite ao aluno tornar-se protagonista de sua história, através desse processo de pensar e fazer mídia, a metodologia de Educomunicação no Campo tem contribuído com a democratização da comunicação de uma região onde o acesso à meios diversificados é um caminho a ser trilhado.

Nos três municípios onde o projeto é desenvolvido, existe um esforço dos educadores e coordenadores para que o projeto Educomunicação no Campo seja ampliado a todas as escolas do campo que trabalham com a metodologia do CAT (Conhecer, Analisar e Transformar a Realidade do Campo). Entre as propostas levantadas por eles durante o encontro de avaliação das atividades, foi sugerida a inserção da metodologia na ficha pedagógica do CAT, que é trabalhada durante todo o ano letivo.

A experiência do MOC na área da educomunicação foi um dos destaques na publicação "Educomunicar: Comunicação, Educação e Participação no desenvolvimento de uma educação pública de qualidade", que reúne os relatos de experiências das organizações da Rede CEP e dos desafios que elas encontram para sensibilizar o poder público da importância da comunicação, educação e participação na construção de políticas.

Para a continuidade deste trabalho, o maior desafio a ser enfrentado pelo Programa de Comunicação é avançar no diálogo com os gestores públicos de educação para garantir a implementação de uma política pública municipal que independa da mudança de secretários. A partir deste diálogo, a equipe de comunicação quer estimular a inserção da comunicação na grade



Crianças produzindo um programa de rádio no processo de educomunicação em escolas do campo.

curricular das escolas em três municípios da Região Sisaleira.

Comunicação Institucional e a qualificação da cobertura jornalística no Semi-árido

Criado em 2006, o Grupo de Trabalho em Comunicação Institucional (GT Com), formado por representantes de cada programa do MOC, avançou no levantamento e na sistematização de informações que dizem respeito à atuação da entidade. A partir dos dados identificados, foi construído um sistema de informações com os números de beneficiários diretos e indiretos das ações das entidades e sua abrangência geográfica.

O núcleo de assessoria de imprensa que diariamente tem o desafio de pautar a imprensa regional, estadual e nacional com as temáticas referentes ao desenvolvimento do semi-árido, registrou 103 clippings do trabalho do MOC nas mídias impressas, digital, televisiva e radiofônica, resultado da elaboração de 45 releases enviados para uma lista de contatos de jornalistas. Com um total de 1.153 assinantes, o Boletim Informativo MOC, enviado semanalmente através do e-mail, teve 44 edições durante o ano de 2008 e foram produzidas 51 matérias para o site institucional, além de 31 reportagens radiofônicas.

A qualidade das peças produzidas resultou ainda em um aumento no acesso ao site, que teve um acréscimo de 50% em relação ao ano anterior,

A Carta de Coité – as principais propostas

Formação de um Grupo de Trabalho para negociações e encaminhamentos entre Abraço Bahia e instâncias do Governo do Estado;

Reconhecimento da Abraço-Sisal como intermediadora da veiculação de publicidade radiofônica do Governo do Estado nas rádios comunitárias filiadas;

Apoio na formação de comunicadores comunitários, principalmente através do Campus XIV da UNEB em Conceição do Coité;

Cooperação e estímulo para a produção local e independente de conteúdo radiofônico e audiovisual para o sistema público de comunicação;

Estimular o debate sobre o funcionamento das outorgas de rádio e TV da Fundação Bailon Lopes Carneiro (Rádio Sabiá FM, TV Cultura do Sertão) para viabilizar uma TV e rádio pública a serviço do Território do Sisal.

atingindo 172.349 acessos. Aumento percebido também na lista de assinantes do Boletim que recebeu um incremento de 9,4%.

Contudo, apesar da boa relação da entidade com a imprensa, a repercussão do trabalho do MOC na mídia, comparado aos anos de 2006 e 2007, sofreu uma redução. A assessoria de imprensa sentiu o impacto do período das eleições que monopolizou a pauta da mídia. No entanto, isso pôde ser parcialmente compensado com um desempenho acima da média logo após o segundo turno das eleições.

Além do processo contínuo e amadurecido de elaboração de releases e sugestões de pauta para a imprensa, o Programa de Comunicação desenvolveu em 2008 uma proposta inovadora da qualificação da cobertura jornalística: o Observatório do Semi-árido, um observatório de mídia que disponibiliza os conteúdos veiculados sobre a região nos veículos comerciais disponíveis na internet.

O portal também oferece um banco de dados com fontes jornalísticas do e sobre o semi-árido para subsidiar e qualificar a cobertura. O mapeamento dessas fontes ainda está em andamento e tende a constituir uma importante ferramenta para os profissionais que tenham

interesse em diversificar a sua visão sobre essa região. Embora não tenha ocorrido ainda o lançamento oficial, o portal já registrou em 2008 mais de seis mil acessos entre abril e dezembro.

Pretende-se com isto constituir uma rede de organizações que atuam no semi-árido e que tenham um trabalho de comunicação já estabelecido com o objetivo de cada entidade desenvolver ações de qualificação da mídia na sua área de atuação, tendo como referência o Observatório do Semi-árido.

Confira a tabela de atividades na página 89





Criança e Adolescente

O ano de 2008 serviu para o fortalecimento dos segmentos sociais que trabalham com a questão dos direitos das crianças e dos adolescentes nos municípios inseridos nos Territórios da Bacia do Jacuípe e do Sisal. Esta afirmação se baseia na participação ativa dos atores sociais do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente em cerca dos 22 municípios em que o Programa Criança e Adolescente atuou neste período. Além disso, destacamos também a experiência do projeto específico de formação e capacitação de conselheiros municipais dos direitos das crianças e dos adolescentes e dos conselheiros tutelares de 229 municípios do Estado, que vem acontecendo a partir do convênio firmado com a Secretaria Especial de Direitos Humanos ligada à Presidência da República.

Entendendo que os direitos das crianças e dos adolescentes estão, a cada dia, mais enfatizados no que diz respeito à saúde, educação, lazer, cultura, convivência familiar e comunitária o MOC, através do Programa Criança e Adolescente, trabalhou no ano de 2008 algumas vertentes que são consideradas como importantes para a execução de uma política pública que atenda e garanta os direitos das crianças e dos adolescentes dos Territórios da Bacia do Jacuípe e do Sisal.

No nível Nacional/Estadual

Neste ano de 2008, o MOC através do Programa Criança e Adolescente, participou e realizou atividades e discutiu questões de grande importância para a área da infância e adolescência, a exemplo:

- Participação no Congresso anual do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA), onde foi discutida a questão das Conferências Estaduais e Municipais

dos Direitos da Criança e do Adolescente e se avaliou as ações desenvolvidas;

- Participação na Bienal do Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (FEDCA), que trabalhou as questões ligadas à execução da política estadual de atendimento à criança e do adolescente;



- Participação na série televisiva na Rede Brasil, sobre o Trabalho Infantil no Brasil;
- Participação na Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil (COMPETI);
- Participação no Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (CECA), que mensalmente discutiu questões relacionadas à política de atendimento à criança e ao adolescente; este órgão também elaborou o seu Planejamento Estratégico para o ano de 2009;
- Participação no Comitê Estadual do Pacto Um Mundo para a Criança e o Adolescente do semi-árido, que desenvolve ações com entidades e órgãos governamentais e da sociedade civil buscando melhorar o atendimento da garantia

- dos direitos das crianças e dos adolescentes.
- Participação na Comissão organizadora das Conferências Territoriais dos Direitos Humanos;
- Realização de 229 Visitas Municipais para discutir a execução da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente;
- Capacitou cerca de 300 Atores sociais do Sistema de Garantia de Direitos (SGD);

Além disso, o MOC acompanhou de perto, através da sua participação nestes espaços considerados estratégicos para a discussão dos direitos da criança e do adolescente, uma questão relevante a nível estadual, que é sobre o funcionamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Na Bahia, a discussão e a realização de ações referentes à temática do trabalho infantil, bem como no país, sofreu uma grande redução no ano de 2008, o que contribuiu para o aumento do índice de trabalho infantil. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/2007), existem no país cerca de 5 milhões de crianças e adolescentes trabalhando e, na Bahia, esse número ultrapassa os 500 mil. Frente a essa situação, o MOC atuou de forma eficaz na luta contra o trabalho infantil em vários espaços de discussão da temática, como por exemplo a Comissão Estadual do Trabalho Infantil (COMPETI), que vale destacar, está funcionando de forma ineficiente frente à essa questão. E para sairmos desta apatia uma das estratégias que devemos buscar é retomar o funcionamento pleno da COMPETI com a participação ativa de seus membros e que a mesma possa assumir o seu caráter de discussão e encaminhamentos para outras instâncias, como por exemplo, os Conselhos Estaduais da Criança e do Adolescente e de Assistência Social.

Ainda no nível estadual o Programa Criança e Adolescente realizou visitas em 229 municípios do estado com o objetivo de conhecer a realidade ora apresentada no que diz respeito ao funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA's) e dos Conselhos Tutelares (CT's) e também conhecer a realidade

da execução da política de atendimento à criança e ao adolescente. Nestas visitas pudemos perceber que 66,6% dos CMDCA's se reúnem mensalmente e discutem questões relacionadas à política de atendimento à criança e ao adolescente, quais sejam: gravidez na adolescência, adolescentes envolvidos com drogas ilícitas e com álcool, exploração sexual, gestão do SUAS, capacitação dos Conselheiros, trabalho infantil, dentre outros. Outro dado que também foi levantado se refere à capacitação dos Conselheiros Municipais e dentre estes, apenas 38,6% receberam capacitação sobre a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente.



Diante da realidade ora apresentada através das visitas, o Programa Criança e Adolescente aponta como atividade para o ano vindouro a realização de Capacitação para cerca de 2900 Conselheiros Municipais que trabalham diretamente com a temática da criança e do adolescente.

No nível regional/territorial

No nível territorial o programa realizou uma reunião com a diretoria do CODES Sisal na perspectiva de sensibilizá-la para a criação de um Grupo de Trabalho onde se discutam questões relacionadas ao Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e que este possa ser fortalecido não só a nível municipal como também no nível regional/territorial, visto que a pretensão é de se formar uma Rede de Articulação Regional/Territorial de execução e monitoramento de Políticas Públicas que possam atender os direitos das crianças e dos adolescentes. Após essa reunião, o Programa tem acompanhado mais de perto este Grupo de Trabalho e contribuindo na construção

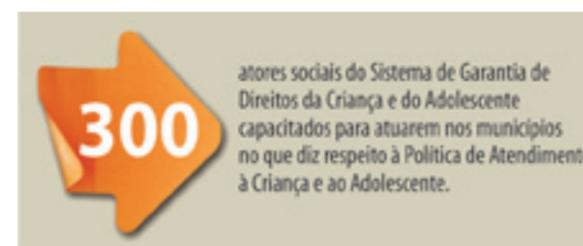


Programa Criança e Adolescente atua em cerca de 240 municípios do Estado da Bahia.

do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDRS), através de indicação de ações e realização de atividades que fortaleçam essa política de atendimento nos municípios. Para tanto já foram realizadas 09 Reuniões de Sensibilização sobre a temática e mais 09 Capacitações para atores do SGD nos municípios deste Território.

No Território da Bacia do Jacuípe realizou-se 05 Reuniões de Sensibilização e mais 05 Capacitações para os atores do SGD, na perspectiva de contribuir para uma melhor atuação das entidades do Território sobre esta temática.

Trabalhamos também essa temática com outras organizações como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Pólos Sindicais, Coletivos Municipais de Jovens, Cooperativas de Crédito e Produção, dentre outras. No entanto,



vale destacar que a sensibilização ainda não foi suficiente para que estas organizações coloquem como ponto de pauta a garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, mesmo entendendo e tendo conhecimento que elas já atuam ou desenvolvem isoladamente alguma ação nesta linha, como é o exemplo do Pólo Sindical do Sisal que realizou um dia de estudo sobre o trabalho infantil na região/estado.

Cerca de 10 municípios, com o apoio do Programa Criança e Adolescente, realizaram Seminários Municipais, Audiências Públicas, Encontros Comunitários sobre a temática dos Direitos da Criança e do Adolescente.

No nível municipal

Foram desenvolvidas atividades relacionadas ao Selo UNICEF – Município Aprovado⁴, através de visitas de sensibilização sobre o tema e através de Capacitações para atores sociais do SGD, dentre eles, Conselheiros Municipais de Direitos e Tutelares, de 22 municípios dos Territórios da Bacia do Jacuípe e do Sisal. Dos 22 municípios inscritos no Selo UNICEF, sete receberam a certificação do Selo, sendo eles: Nova Fátima, Pintadas e Riachão do Jacuípe, ambos do Território Bacia do Jacuípe e Barrocas, Itiúba, Valente e Ichu do Território do Sisal.

Além destas, outras ações/atividades foram desenvolvidas a exemplo do:

- *monitoramento dos Planos e Ação Municipais (PAM's) nos municípios de Retirolândia, Santa Luz, Conceição do Coité, Pintadas e Nova Fátima. Nestes municípios percebe-se que há uma*

⁴ Premiação oferecida aos municípios que investem em ações de melhoria no atendimento à criança e ao adolescente e faz parte do Pacto Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-Árido, assinado e assumido pelo UNICEF e Governos Federal, Estaduais e Municipais.



mobilização local muito grande e que os grupos estão mais dispostos a realizarem ações que possam contribuir para a garantia dos direitos da criança e do adolescente. No município de Nova Fátima, por exemplo, cerca de 70% das ações previstas no Plano Municipal foram executadas, o que mostra, que mesmo com as dificuldades de articulação, as ações estão sendo realizadas;

- *capacitações sobre o funcionamento dos Conselhos Municipais, atribuições dos Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares, o que se entende por Direitos Humanos, e nestas ficou perceptível o pouco conhecimento que se tem sobre a execução de políticas públicas e do que fazer enquanto conselheiro.*

Discute-se também com os grupos sociais nos municípios sobre a importância da participação das entidades em espaços estratégicos de discussão sobre Direitos da Criança e do Adolescente, e para isso há o incentivo à filiação das mesmas no CECA, no Fórum Estadual dos



De acordo com a PNAD 2007, cerca de 500 mil crianças e adolescentes ainda trabalham na Bahia.



Em 2008 o ECA completou 18 anos, mas, muito ainda precisa ser feito para a efetivação dos direitos.

Direitos da Criança e do Adolescente, dentre outras. Nessa área temos um exemplo concreto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do município de Santa Luz que se filiou ao Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Destaca-se no trabalho com os municípios as visitas de sensibilização e conhecimento da política de atendimento à criança e ao adolescente que vem sendo desenvolvidas em 229 municípios do Estado da Bahia, inseridos nos 26 Territórios de Identidade existentes. Após todo o avanço da legislação brasileira desde a criação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 percebe-se a carência de entendimento, principalmente por parte dos Conselheiros Municipais de Direitos e Tutelares, e que é de responsabilidade da FAMÍLIA, da COMUNIDADE, da SOCIEDADE EM GERAL e do PODER PÚBLICO,

zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes.

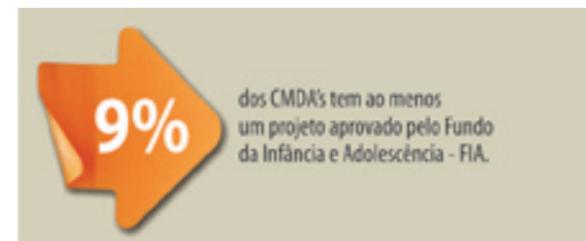
Atualmente todos os municípios baianos possuem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Conselho Tutelar (CT), progresso inegável na luta pela garantia dos direitos das nossas crianças e adolescentes; porém isto não significa que os desafios e problemas relacionados à garantia dos direitos desapareceram, muito pelo contrário, eles apenas mudaram de formas.

No tocante aos CMDCA's, verificamos que grande parte destes conselhos funcionam de forma precária, sendo que há uma deficiência por parte dos conselheiros acerca do conhecimento do seu importante papel dentro do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. A título de exemplificação, 70% dos CMDCA's visitados não fazem planejamento das suas ações. A participação da sociedade civil no referido conselho também vem deixando a desejar. Em verdade as entidades ocupam os espaços dentro do conselho, porém de maneira "formal", não havendo uma ocupação concreta e qualificada do espaço. Infelizmente a temática da criança e do adolescente e a participação nos espaços correlatos ainda não são vistos como prioridade pelas entidades. O que existe são ações isoladas de indivíduos que compõem as organizações.



Outra questão de relevante importância, que acaba atuando como um entrave à materialização da política de atendimento as crianças e adolescentes, é que o Fundo da Infância e Adolescência (FIA) não funciona na esmagadora maioria dos municípios, o que acaba inviabilizando a criação de projetos que venham atender as demandas referentes aos direitos infanto-juvenis. Dos CMDCA's visitados,

69,4% não possuem sequer um projeto aprovado pelo fundo, já outros 21,6% sequer sabiam dar alguma espécie de informação referente ao Fundo e apenas 9% possuem ao menos um projeto aprovado pelo FIA.



No âmbito do Conselho Tutelar, constata-se que o órgão responsável pela defesa dos direitos das crianças e adolescentes atua, na grande maioria dos casos, desprovido de uma estrutura física e material adequada. O descaso do poder público com este órgão é via de regra, o que acaba mostrando também o grau de importância que é dado pelos gestores à política de atendimento à criança e ao adolescente. A falta de estrutura (computador, telefone, carro, espaço físico adequado, casa de passagem etc.) é apontada, juntamente com a ausência de capacitações, como o principal elemento de dificuldade na execução do trabalho.

Considerações Finais

Mesmo compreendendo que a discussão sobre a garantia dos direitos da criança e do adolescente tem aumentado na área de atuação do MOC, percebemos e vivemos dificuldades e desafios.

- a) maior participação da sociedade civil em espaços estratégicos de discussão sobre os Direitos da Criança e do Adolescente (DCA's);
- b) erradicação do trabalho infantil no estado;
- c) atuação mais dinâmica dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- d) maior compromisso por parte do poder público para com o funcionamento dos Conselhos Tutelares;

e) maior compromisso por parte dos segmentos sociais na luta pela garantia dos direitos da criança e do adolescente;

f) fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

g) sensibilizar os municípios para investir em serviços de atendimento aos direitos, como por exemplo: Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo (SINASE), Centro de Apoio Psicossocial Infantil (CAPSI), Casas de Passagem, dentre outros;

h) Sensibilizar os municípios sobre a implantação e manutenção dos Fundos da Infância e Adolescência (FIA);

Mas, no entanto, algumas questões merecem ser apontadas com mais ênfase para a realização no ano de 2009, a exemplo:

- a) Capacitação para os mais de 2900 Conselheiros de Direitos e Conselheiros Tutelares em todo o Estado;
- b) As Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente que serve de espaço de mobilização e de deliberação da política de atendimento da criança e do adolescente;
- c) Continuidade das ações realizadas nos 14 municípios da área de atuação do MOC para fortalecimento dos atores sociais na execução da política de atendimento;

Enfim, necessário se faz dar continuidade a algumas ações que o MOC vem desenvolvendo através de seus parceiros e buscar a cada momento exercer o seu papel de dinamizador das políticas públicas da sua região de atuação.

Confira a tabela de atividades na página 91.

Programa de

Educação do Campo



O Programa de Educação do Campo tem como principal objetivo contribuir no processo de construção de políticas públicas de educação do campo integral, contextualizada com o semi-árido, onde

a sociedade civil tenha uma participação efetiva e os gestores públicos compromisso.

Dentro do Programa de Educação do Campo continuamos atuando em três sub-programas: (I) Projeto CAT – Conhecer,

Analisar e Transformar a realidade do campo, com formação de equipes pedagógicas e professores, (II) Ações Sócio educativas da Jornada Ampliada do PETI com a formação de Coordenadores e educadores/as (Monitores), (III) o Projeto Baú de Leitura com formação de Coordenadores/as e educadores/as que são tanto do CAT (escola regular) quanto da Jornada Ampliada e complementamos com a (V) articulação e mobilização com Diretores Escolares, Conselheiros de Educação, Secretários de Educação e Sociedade Civil

Organizada. Com estas estratégias de ação buscamos ampliar o foco de atuação visando a garantia da educação básica de qualidade para todos, numa perspectiva de política pública.

Principais ações desenvolvidas em 2008

Em 2008 as ações desenvolvidas deram seguimento ao Planejamento Estratégico (2006-2010) que tem como meta *Políticas Públicas de Educação do Campo implementadas e em execução, contempladas no Sistema Municipal de*



Ensino, nos Planos Municipais de Educação, nas Diretrizes Curriculares, na pauta dos Conselhos Municipais de Educação, sendo acompanhadas pela sociedade civil. A cada ano os esforços se ampliam no intuito de fortalecer uma rede de atores sociais – Educadores, Coordenadores Pedagógicos, Organizações da Sociedade Civil, Gestores Públicos, Conselheiros – em torno da educação do campo.

Formação continuada de Equipes Pedagógicas e Educadores

A formação continuada em Educação do Campo tem o objetivo de valorizar o homem e a mulher do campo, a sua cultura e o seu trabalho como forma de cultivo de identidade e afirmação da cidadania, buscando construir conhecimentos que contribuam para uma melhor qualidade de vida do campo. Neste ano buscou-se integrar os processos desenvolvidos nas escolas do campo com o Projeto CAT e nas Jornadas Ampliadas do PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. O grande desafio é que as ações de educação contextualizadas desenvolvidas na Jornada Regular com o CAT e na Jornada Ampliada se integrem em uma proposta de Educação dos municípios enquanto uma política pública.



Educadores avaliam e debatem suas ações

Para isso, a formação de equipes pedagógicas e educadores desenvolveu-se em um processo contínuo com base em uma metodologia de educação contextualizada com a realidade do campo, pesquisadora desta realidade que vem buscando construir conhecimentos e estabelecer novas práticas pedagógicas para a educação do campo. Esta formação foi realizada nos três subprogramas e abaixo temos os principais destaques:

Projeto CAT: Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo

O Projeto CAT é desenvolvido em parceria entre MOC, Universidade Estadual de Feira de Santana, Prefeituras Municipais e Organizações da Sociedade Civil. Este projeto trabalha com a formação de educadores, equipes pedagógicas e lideranças comunitárias, numa metodologia que respeita e valoriza a



cultura do campo e busca contribuir com a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Essa metodologia de trabalho para formação de educadores é baseada em Paulo Freire, na reflexão e avaliação da prática pedagógica, desenvolvendo ações a partir de pesquisa de campo, sendo esta instrumento de análise da realidade para modificá-la. Assim, a escola do campo produz conhecimentos para a melhoria da vida da comunidade. Entende-se, portanto, que a educação pode contribuir, construindo conhecimentos úteis à reflexão e intervenção na realidade. As ações do CAT, partindo de um conhecer a realidade, passam por analisar esta mesma realidade e por identificar pistas e propostas para melhorá-la, tanto na escola quanto na vida da própria comunidade.

Em 2008 as ações do CAT se desenvolveram em **19 municípios** envolvendo 53 integrantes das equipes pedagógicas municipais que acompanham **1.174 professores** do campo que desenvolveram a proposta de educação do campo com **25.475 crianças**.

No processo de formação dos educadores foram desenvolvidas oficinas temáticas com orientações teóricas e práticas sobre agroecologia e convivência com o semi-árido, enfocando a construção de hortas e plantio de árvores, aprofundando, assim, os conhecimentos das equipes pedagógicas municipais para uma melhor atuação em seus municípios. As equipes pedagógicas buscaram concretizar essas ações buscando parcerias com técnicos agrícolas do MOC que orientaram os professores para desenvolverem hortas de verão com demonstrações práticas em escolas, fazer estudos com os educadores e realizar a construção de hortas.

A partir deste trabalho com agroecologia e o censo ambiental das comunidades rurais que detectou um crescimento do desmatamento da caatinga e de árvores frutíferas, os educadores desenvolveram junto com a comunidade o processo de plantio de árvores frutíferas típicas do semi-árido. Esta campanha iniciou-se na jornada Ampliada do PETI e hoje se desenvolve nas escolas do CAT com a doação de mudas às escolas e famílias da comunidade que

adotam as árvores e tornam-se responsáveis por seu desenvolvimento. Apesar de encontrar dificuldades com as chuvas escassas, longo período de estiagens, este ano foram plantadas mais de 3.000 mudas de árvores nas escolas e comunidades. Isso vem reforçar os Pátios Escolares Agroecológicos que é a utilização pedagógica do espaço escolar pelas crianças através de ações que visam a recomposição ambiental e o desenvolvimento de práticas agroecológicas que abrangem/ cuidam da água desde o processo de armazenamento ao tratamento, experimentam o uso de adubos orgânicos e formas adequadas de manejo ecológico do solo. Essas ações vêm dinamizando o espaço escolar fazendo do pátio escolar uma experiência de convivência com o semi-árido, produzindo conhecimentos para melhoria da realidade da família e da comunidade.

Outro elemento focado na formação foi a construção de instrumentos pedagógicos como o projeto político pedagógico das escolas, a ficha pedagógica de planejamento por unidade, os projetos didáticos e a reformulação dos currículos escolares, que contribuíssem para implementação dos princípios e concepção de



Educação do Campo, para o desenvolvimento de uma metodologia problematizadora/pesquisadora da realidade, para a contextualização dos conteúdos disciplinares a partir dos temas geradores/transversais definidos por unidade, e para inserção de outros recursos didáticos contextualizados com a realidade do aluno.

Neste ano, como em outros, acentuamos também atividades que buscaram exercitar a cidadania, a garantia dos direitos da criança e adolescente e refletir sobre a importância das eleições municipais. Essas ações mobilizaram as escolas e comunidades e foi parte do processo de inserção de temáticas transversais no planejamento dos educadores através da ficha pedagógica.

Em interface com o Programa de Comunicação do MOC, as ações de educomunicação visaram democratizar o acesso e a produção de peças de comunicação pelas crianças nas escolas do campo do Projeto CAT. A comunicação tornou-se um instrumento pedagógico no cotidiano da sala de aula. Além de manipularem meios de comunicação em sala de aula, as crianças produziram as mensagens veiculadas em seus jornais, fanzines, gravaram programas de rádio, dramatizaram em sala de aula telejornais e dirigiram suas próprias novelas.

Destacamos ainda a construção do Boletim A VOZ DO CAT, um instrumento interessante de intercâmbio entre as crianças e professores de diversos municípios e que está passando por um processo de reestruturação, para torná-lo mais atrativo e dinâmico. Isto ajuda a ter uma visão mais ampla dos acontecimentos universais e ter uma visão mais crítica de mundo. Foram construídos por professores e alunos e publicados 03 boletins

No desenvolvimento da metodologia do CAT um momento de destaque são os **Encontros de Devolução** realizado nas comunidades rurais e onde a escola, através das apresentações das crianças e seus educadores, dialoga e devolve à comunidade os conhecimentos produzidos durante as unidades letivas. Neste ano conseguiu-se mobilizar as famílias para aquisição de documentos, realização de plantio de mudas

nas comunidades, mudanças de hábitos com relação ao tratamento do lixo, uso da água e preservação do meio ambiente, a escola e a comunidade realizaram Feiras Comunitárias da Agricultura Familiar e Feiras Comunitárias de Saúde.

Com o desenvolvimento desta proposta metodológica e político pedagógico das escolas, a ficha pedagógica de planejamento por unidade, os projetos didáticos e a reformulação dos currículos escolares contextualizados com a realidade do campo vêm se tornando instrumentos comuns nas escolas do campo e contribuindo para o desenvolvimento de inovações metodológicas presentes nas práticas pedagógicas dos educadores.

Jornada Ampliada: Referência para educação integral

A Jornada Ampliada são ações complementares à escola, onde as crianças e adolescentes desenvolvem atividades de reforço escolar/complementação pedagógica, atividades artísticas, físicas, esportivas e recreativas, que tem como principal objetivo retirar a criança do trabalho infantil e garantir a permanência na escola.

Apesar das modificações dentro da Política Nacional da Assistência Social, as ações socioeducativas da Jornada Ampliada do PETI



Atividades artísticas estimulam a permanência na escola

tiveram continuidade, com a formação dos educadores/as (Monitores) e Coordenadores/as, através de um Projeto com a SEDES – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza e outros apoios.

As atividades, a partir dos encontros de formação, são planejadas de forma processual, dando continuidade às iniciadas



no ano passado, em especial a pesquisa sobre a produção agrícola das famílias do PETI. Este ano nos encontros com Coordenadores, avaliou-se os resultados já alcançados com a campanha de fortalecimento da agricultura familiar, e planejou-se novas atividades, ganhando um novo direcionamento nas ações, visto que se percebeu que havia uma variedade de produções agrícolas, mas não havia uma organização para comercialização das famílias e poucos projetos de geração de renda. Assim, incentivou-se estas famílias do PETI a se organizarem em cooperativas, participarem das associações e melhorar sua produção e comercialização, em especial para contribuir com a alimentação escolar de forma mais saudável com elementos de segurança alimentar.

Outro foco do trabalho este ano foi a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, aproveitando os **18 Anos do ECA – Estatuto da Criança e Adolescente**, onde foi intensificado o trabalho tanto dentro de sala de aula com as crianças, quanto com as famílias e a comunidade em geral. Foram realizados diagnósticos sobre os Conselhos de Direitos, onde muitos destes estavam desarticulados, diagnóstico sobre a política municipal da assistência social, etc. A partir destas informações foram realizados seminários municipais sobre os 18 Anos do ECA e Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e Adolescente, onde debateu-se como o município estava garantindo estes direitos. A partir dos Seminários houve um início de reestruturação dos Conselhos.

Os debates sobre o ECA também proporcionaram o desenvolvimento de conteúdos pedagógicos em sala de aula de forma interdisciplinar.

Uma dificuldade encontrada neste ano e que acabou por interferir um pouco na qualidade do trabalho foi a incerteza de continuidade da ação da Jornada Ampliada. Muitos gestores deixaram de apoiar, de garantir alimentação saudável, espaços adequados para funcionamento, os monitores com insegurança diante da ameaça de perder seus empregos, dentre outras questões.

Nos encontros de formação com os Coordenadores/as Municipais da Jornada Ampliada, se fazia estas reflexões buscando ânimo para continuarem na luta, para garantir os direitos das crianças e adolescentes a não voltar ao trabalho degradante e ter acesso e permanência a educação contextualizada de qualidade.

Por outro lado, aproveitando os encontros de formação político-pedagógico, criou-se espaços para debates da AMOPETI – Associação Estadual dos Educadores para Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, para que os educadores pudessem se organizar para enfrentar o problema, se articular para participar da Comissão Estadual do PETI, escrever documentos, abaixo-assinados, mobilização nos municípios para o bom funcionamento das jornadas ampliadas.

Projeto Baú de Leitura: Leitura e cidadania

O Projeto de leitura lúdica e contextualizada vem buscando estimular uma cultura leitora e o gosto duradouro pela leitura nas crianças e adolescentes através da leitura de histórias infantis, arte-educação, contextualizada, leitura de mundo, fortalecimento da identidade, dentre outros aspectos. Cada educador possui um Baú de Leitura contendo 45 exemplares da literatura infanto-juvenil brasileira trabalhados a partir dos seguintes temas: Identidade cultural, meio ambiente e cidadania.

O Baú de Leitura está inserido tanto nas ações da Jornada Ampliada do PETI quanto nas ações das escolas rurais, envolvendo 265 professores da escola regular e 746 monitores do PETI. Ainda existem barreiras políticas que limitam o acesso de muitas crianças e adolescentes ao Baú de Leitura na escola regular.

Em 2008 destaca-se no Projeto Baú de Leitura o aproveitamento dos acervos dos livros disponibilizados aos municípios pelo MEC-FNDE, para compor novos baús de leitura, estimulando os coordenadores a analisarem este acervo literário e sensibilizando novos educadores para



Projeto Baú de leitura entre os finalistas do Prêmio Viva Leitura

atuarem. Atualmente estão envolvidos no projeto 1.011 educadores/as e 27.175 crianças, que juntos lêem, interpretam, contextualizam, criam grupos de poesias, músicas, teatro e dança.

Essas ações contribuem para o desenvolvimento de habilidades e competências leitoras nas crianças. Através da literatura e da arte, elas iniciam um processo de leitura



significativa, de encontro e reflexão sobre sua cultura, sua identidade, sua história e sua cidadania. Das crianças e adolescentes envolvidas no projeto **58,6%** decodifica o texto, compreende seu sentido, interpreta o que foi lido. Este dado é significativo quando os dados oficiais apontam altas taxas de analfabetismo, alunos em idade escolar e baixos índices de desenvolvimento da educação. Entretanto, ainda temos **24,9%** das crianças e adolescentes que lêem com dificuldade e **16,5%** ainda não adquiriram habilidades de leitura.

Isto ainda é reflexo das dificuldades que persistem no processo de acompanhamento e apoio pelos gestores públicos das ações de leitura nos municípios. Os educadores não têm acesso a materiais didáticos e pedagógicos suficientes e necessários para o desenvolvimento do projeto, falta transporte para visitas e monitoramento dos coordenadores às unidades escolares e das jornadas ampliadas, existem incertezas em relação à continuidade dos Monitores do PETI, dentre os quais, muitos trabalham com o Baú de Leitura, além de algumas limitações pedagógicas que necessitam ser aprofundadas para que possam contribuir de forma mais qualitativa para melhorar o nível leitor nas crianças e o nível de desenvolvimento da educação nos municípios.

Por outro lado, este ano o Baú de Leitura, teve mais uma conquista importante, sendo um dos finalistas do Prêmio Viva Leitura, concorrendo com mais de 1.100 experiências de todas as regiões do Brasil.

Avaliando a aprendizagem das crianças

Buscando avaliar de forma mais qualificada os impactos da formação com educadores e coordenadores, este ano o MOC construiu instrumento para avaliar os resultados deste trabalho com as crianças.

A avaliação da aprendizagem dos alunos das escolas do campo levou em consideração o desenvolvimento do pensamento lógico, reflexivo e crítico que exige a compreensão, a descrição e a representação da realidade onde os educandos estão inseridos. Para esta

avaliação participaram um grupo de **quatro escolas** rurais dos municípios de Barrocas, Nordestina, Pintadas e Valente, envolvendo 160 alunos do 2º ao 4º ano do ensino fundamental. Esta amostragem foi avaliada como pequena para representar a totalidade e a diversidade da realidade dos municípios. Em 2009 estaremos ampliando a realização desta avaliação a outros municípios.

Os indicadores de aprendizagem foram elaborados pela assessoria MOC/UEFS a partir das competências e habilidades desenvolvidas com o trabalho das áreas do conhecimento (Língua Portuguesa e Leitura, Linguagem Matemática e Conhecimentos Gerais Contextualizados com a Realidade do Campo), tendo como referência a matriz curricular de cada série e a proposta de educação contextualizada. As habilidades e competências foram avaliadas por meio de situações-problema considerando o contexto do educando.

Esta avaliação delinea uma situação comum aos municípios rurais, problemas educacionais que demonstram a dificuldade dos alunos em se expressarem em linguagem padrão escrita, apesar dos alunos desenvolverem bem a oralidade e se expressarem bem através da linguagem do desenho. A leitura e a escrita ainda são grandes desafios para as escolas do campo e dificultam o processo de compreensão dos conteúdos disciplinares e dos conteúdos contextualizados. O que nos indica que é **necessário ampliar e fortalecer mais as ações de formação com os próprios professores e professoras do campo**, para superação desta dificuldade com os estudantes.

Das crianças que participaram da oficina de avaliação, apenas **38% desenvolviam bem a escrita**. A maioria possuía limitações, resultado do processo de alfabetização que é deficitário. Elas se encontram no nível de escrita pré-silábico, silábico e silábico-alfabético, em que existe uma compreensão dos conteúdos trabalhados, mas há uma dificuldade de registro, ainda estão desenvolvendo a noção de relação entre fala e escrita e enfrentam conflitos ao vivenciar o problema ortográfico. Embora as

crianças nestes níveis estejam desenvolvendo o processo de aquisição da escrita isso não significa que a criança não possua a habilidade de compreensão dos conteúdos trabalhados e da realidade onde está inserida.

Outro elemento analisado a partir da aprendizagem das crianças foi o reconhecimento da diversidade socioambiental e a importância da agroecologia para uma melhor convivência com o semi-árido. As crianças apresentaram uma abordagem do semi-árido com enfoque para as condições climáticas, quente e sem chuva, sem explorar a dimensão cultural, identitária e social do sertão. Apenas **46%** das crianças conhecem e valorizam a história e a cultura local, sem conseguir descrever e interpretar a história de sua comunidade ou município. Das crianças avaliadas 33% não sabiam o que significava semi-árido, entretanto **80%** das crianças reconhecem a importância da água e de tecnologia de convivência com o semi-árido na vida das comunidades.

Na avaliação dos indicadores em Matemática, **60%** dos alunos reconhecem os números e resolvem problemas com operações matemáticas. Entretanto a maioria apresenta dificuldades na compreensão do significado das operações matemáticas – subtração, multiplicação e divisão – e em armar e efetuar as operações.

Desta vivência, com as crianças e adolescentes das escolas do campo, viemos compreendendo que a avaliação deve ser processo para novas aprendizagens e ressignificar a prática pedagógica. É necessário um esforço maior para alfabetizar as crianças nos 1º e 2º ciclo do ensino fundamental – é compromisso de todas as séries e disciplinas contribuírem para o processo de alfabetização e a aprendizagem do aluno deve ser marcada pela reelaboração do aluno e de sua reflexão lógica. A aquisição da base ortográfica envolve a inter-relação de componentes lógicos, perceptivos, motores, afetivos, sociais e culturais na aprendizagem. É preciso repensar a abordagem dos conteúdos disciplinares e transversais da proposta desenvolvida pela escola, buscar um esforço de conjugar os conteúdos disciplinares e transversais.

É necessário um cuidado pedagógico para que as diferenças comuns nos alunos não se tornem desigualdades e que a educação seja mais um mecanismo de exclusão social. A avaliação não deve reforçar estereótipo e nem deve ser entendida como um fim, mas como uma possibilidade de reflexão e mudança.

Mobilização para controle social das políticas públicas de educação

A participação popular na proposição, implementação e controle das políticas públicas ainda se constitui em grande desafio político dos municípios, que vêm ao longo do tempo amadurecendo democraticamente e buscando evoluir.

Neste processo as representações do poder público e da sociedade civil fortalecem suas identidades e seus papéis sociais, buscando superar práticas e políticas conservadoras e definirem, a partir de um diálogo, políticas públicas que venham a garantir o direito à educação de qualidade.

As organizações da sociedade civil – Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Coletivo de Jovens – vêm se organizando em Coletivos Municipais de Educação com o intuito de juntos definirem pautas e aprofundarem estudos sobre a questão



Instituições de ensino superior e movimentos sociais dialogam sobre desenvolvimento territorial sustentável e educação do campo

educacional de seus municípios. Essa ação acontece em 08 municípios. Desta forma, as organizações se preparam para ocupar espaços de decisão política como os Conselhos Municipais de Educação, os Conselhos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável, refletindo os processos de educação como meio para o desenvolvimento das comunidades rurais e do município.

São pautas dos Coletivos Municipais de Educação:

- Conhecer as ações de educação desenvolvida no município;
- Identificar quais as dificuldades e necessidades enfrentadas pela educação do campo;
- Estudar a legislação educacional, Planos Municipais e política educacional;
- Discutir e propor medidas para melhoria da educação do campo no município;
- Contribuir para garantia de políticas de educação do campo.

Essa articulação vem contribuindo para a construção de uma rede social envolvendo as organizações do campo para ocuparem

de forma qualitativa os espaços públicos e exercerem seu papel representativo das comunidades rurais. Entretanto, este é um processo que vem aos poucos se definindo e encontra ainda fragilidades na relação política entre poder público e os movimentos sociais. A Sociedade Civil vem participando de espaços estratégicos, mas ainda não consegue de forma efetiva contribuir para transformar as experiências exitosas de educação do campo em política pública nos municípios.

Gestão Pública da Educação

As ações desenvolvidas com os gestores públicos da educação se direcionaram para a articulação e troca de experiências sobre a gestão educacional e as políticas públicas de educação do campo. Através de seminários e encontros, essas ações buscaram despertar os atores sociais da educação – Secretários de Educação, Diretores Escolares, Coordenadores Pedagógicos, Professores e Entidades da Sociedade Civil – para reflexão do seu papel social numa perspectiva de gestão participativa e democrática da educação. Este ano dois aspectos são inovadores: a formação de **Diretores Escolares** para a gestão participativa e construção dos projetos pedagógicos escolares e a formação de **Conselheiros Municipais de Educação** para a elaboração de políticas públicas de educação do campo.

Nesta perspectiva buscou-se sensibilizar mais os gestores para a importância da construção da política pública de forma participativa, debatendo-se elementos e construção de espaços da participação. Alguns municípios se mostram ainda conservadores, desenvolvendo uma gestão fechada à participação popular. Outros começam a desenvolver mecanismos de participação da comunidade e de transparência da gestão pública, mas de uma forma tímida.

Nos encontros de articulação de políticas promovidos pelo MOC, foi definido pelos municípios a construção de uma agenda comum de ação para a participação de espaços estratégicos como:





- Nos municípios de Valente e Nordestina foi elaborado Orçamento Municipal destinando recursos para educação;
- A construção ou revisão dos Planos Municipais inserindo elementos de Educação do Campo e leitura contextualizada nos municípios de Barrocas, Nordestina, Retirolândia e Valente;
- Aprovação de currículos escolares contextualizados contemplando as disciplinas de Práticas Agroecológicas, Relações Étnicas Raciais e Estudos Regionais;
- Construção de Fóruns Municipais de debates sobre as questões de educação;
- A rearticulação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação em 16 municípios.

Nas Escolas do Campo percebe-se o desdobramento destas ações com o estímulo a construção dos Colegiados Escolares com a participação de professores, pais e alunos na gestão escolar, a criação de coletivos e grêmios estudantis nas escolas e a elaboração participativa dos Projetos Políticos Pedagógicos Escolares. Entretanto estas ações têm acontecido de forma mais concreta e sistematizada nos municípios de Barrocas,

Santa Luz, Conceição do Coité e Valente. Os demais ainda estão em processo de discussão e elaboração.

Além disso, na nossa leitura, os **Conselhos Municipais de Educação são espaços estratégicos e privilegiados para a construção de políticas públicas de Educação do Campo.** No exercício de suas funções, o conselho deve conhecer a realidade da educação no município, acompanhar as ações de educação, mobilizar a comunidade, participar do planejamento da educação e da formulação de políticas educacionais, realizando o controle social das políticas públicas e assegurando o seu cumprimento, garantindo assim uma gestão democrática.

A ação com os Conselhos Municipais de Educação iniciou-se com a construção do Diagnóstico da Ação dos Conselhos frente à realidade sócio-educacional dos municípios e traçou uma linha de formação a partir das demandas dos conselhos, centrada no papel social, funções e instrumentos legais da ação dos Conselhos.

Alguns Conselhos ainda estão em fase de estruturação, apresentam limitações em sua



composição e não funcionam regularmente. Outros possuem ainda dificuldades no exercício da gestão democrática, geralmente são representativos do poder público, não representam a sociedade civil e se consolidam como espaços burocráticos da gestão educacional. Embora todos os conselhos tenham representantes da Sociedade Civil, estes não dominam os instrumentos e normas legais necessárias para intervir de forma qualitativa nos processos de educação.

O processo de amadurecimento da democracia é sistemático e precisa ser exercitado de ambos os lados, pelo poder público dando abertura e respeitando o espaço de participação da sociedade e das organizações da sociedade civil em ocupar de forma qualitativa estes espaços.

Conclusão

O MOC vem ao longo dos anos buscando desenvolver ações educativas integradas, no sentido de construir e fortalecer uma concepção de educação do campo, através de seminários, reuniões com a sociedade civil e poder público, encontro regional de educação integral, incentivo à realização de mostras de arte e cultura nos municípios e regiões. Buscamos reforçar, de maneira mais evidente, que os povos do campo do semi-árido têm direito a uma educação de qualidade, a partir do local onde estão inseridos, que respeite e valorize suas identidades, seus valores, suas culturas e produza conhecimento para modificar a realidade.

As parcerias entre Educadores, Coordenadores Pedagógicos, Organizações da Sociedade Civil, Gestores Públicos e Conselheiros é um grande estímulo para continuarmos desenvolvendo ações que fortaleçam esta concepção de educação, construindo e desenvolvendo valores éticos, respeito às diversidades na convivência com o semi-árido, visando a garantia de direitos e à proteção integral, especialmente das crianças e adolescentes. Estes valores são pilares necessários à construção de um mundo

sustentável, a partir do local onde as pessoas estão inseridas. Isto não é apenas um sonho, mas uma realidade concreta e possível.

Por se tratar de um ano com eleições municipais, em 2008 algumas ações sofreram influência da conjuntura política. Em 2009 teremos novos gestores e uma nova luta para manter as conquistas até aqui e conseguir avançar mais na construção desta educação diferenciada.

Acreditamos assim, que através de ações educativas, envolvendo todos estes sujeitos sociais é possível construir um mundo melhor. Como relata o educador Erisvaldo de Andrade do município de Nova Fátima:

"Podemos perceber mudanças em nossas crianças e adolescentes, bem como nos educadores, com a leitura prazerosa, o resgate e valorização da cultura e principalmente o trabalho desenvolvido a partir da realidade local sendo incorporado nas escolas e o resultado desse conjunto, retrata cidadãos críticos como sujeitos da sua própria ação".

Este depoimento demonstra a importância da educação na vida das crianças e suas famílias. Desejamos que no próximo período possamos continuar nesta luta, com resultados mais positivos na construção do mundo diferente.

Confira a tabela de atividades na página 92



Durante três dias educadores de 45 municípios se reúnem para avaliar as ações de educação do ano de 2008

Programa de **Gênero**



A igualdade de direitos só se dá a partir da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres de participarem e decidirem igualmente sobre o rumo de suas vidas. Embasado neste pressuposto, o Programa de Gênero tem por finalidade promover e incentivar condições que possibilitem a promoção da equidade entre mulheres e homens e por outro lado, o fomento à participação ativa das mulheres rurais na vida sóciopolítica, econômica e cultural das suas comunidades. Para tanto, o programa atua junto às organizações formais e informais de mulheres na perspectiva do seu fortalecimento institucional e formação das lideranças,

bem como na transversalidade da temática de gênero junto aos demais programas e subprogramas do MOC e seu público prioritário.

A trajetória do Programa em 2008

Durante 2008 o Programa desenvolveu um conjunto de ações na perspectiva de contribuir para o empoderamento sócio-político-econômico das mulheres, através do fortalecimento político e gerencial das suas organizações. Tem sido perseverante a luta das mulheres para a sua auto-organização e ocupação efetiva de espaços estratégicos que lhes garantam interferir nas políticas públicas setoriais e nas



diferentes instâncias de governo.

O fomento da participação das lideranças femininas nos espaços mistos de organização social, a auto-organização das mulheres e a articulação política de suas entidades continuaram sendo o eixo norteador do trabalho do programa, que adotou como ações estratégicas:

- *Formação política de lideranças femininas, monitoramento e avaliação das ações implementadas junto às organizações de Mulheres;*
- *Articulação e mobilização em prol da criação e funcionamento do Fórum de Mulheres do Semi-árido;*
- *Incentivo à inserção das mulheres nos espaços estratégicos de construção e decisão política;*
- *Articulação das organizações de mulheres com outros atores sociais na construção e negociação de políticas públicas;*
- *Assessoria, monitoramento e avaliação das ações propostas e implementadas pelas organizações de mulheres na perspectiva do seu empoderamento;*
- *Formação de lideranças sobre relações sociais de gênero envolvendo homens e mulheres.*

Tecendo as ações e seus resultados Formação Sócio-Política das lideranças

A formação política das lideranças femininas e o monitoramento das ações implementadas junto às suas organizações configuraram-se como elementos importantes para o êxito do trabalho, tendo em vista que os demais processos desencadeados necessitam de um quadro de lideranças significativamente qualificado para ocuparem espaços de construção, definição e negociação de políticas. Esse processo se efetiva de modo que as lideranças femininas atuem enquanto multiplicadoras da formação das mulheres na base das comunidades – identificando, discutindo e elaborando propostas de ações que visem a melhoria de suas vidas e de suas famílias.

Na definição de um caminho e de um modo de caminhar, as organizações de mulheres

planejaram e priorizaram como temáticas a serem inseridas no processo de formação das suas lideranças: a perspectiva de gênero e as políticas de desenvolvimento territorial; os ciclos orçamentários (PPA, LDO e LOA) e orçamento participativo – com sua periodicidade e prazos; as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho – geradora de desigualdades entre homens e mulheres, bem como o sistema de PMA - Planejamento Monitoramento e Avaliação das organizações tendo em vista o seu fortalecimento institucional.

Fórum - Articulação política das Entidades

Vale ressaltar que a partir da definição de uma estrada a ser andada pelas organizações de mulheres foram feitas a articulação e mobilização para a criação do Fórum de Mulheres da Região Semi-árida da Bahia - definido como um espaço de articulação política das organizações representativas das mulheres e ou entidades afins. **O Fórum tem possibilitado uma maior articulação e poder de intervenção das organizações de mulheres junto a setores do governo**, sobretudo no que tange à consolidação de parcerias no enfrentamento à violência contra a mulher e ao fomento dos processos de geração de trabalho e renda para as mulheres.

Com a articulação das entidades via Fórum de Mulheres foram elaborados 02 Planos Territoriais de Enfrentamento à Violência contra a Mulher – em negociação junto à SEPROMI - Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade e um Projeto: Mulheres Sertanejas no Enfrentamento à Violência contra a Mulher - já aprovado em parceria com a SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Também foi apresentado e aprovado o Projeto: Saberes e Sabores do Sisal para a formação das mulheres na área da produção e comercialização junto ao Conselho de Desenvolvimento Territorial do Sisal.

Destaca-se enquanto ação do fórum também a coletivização de demandas de interesse das mulheres em nível de região, com a realização de audiências públicas para apresentar, discutir e negociar propostas de políticas públicas que



08 de março em Riachão do Jacuípe: discussão e negociação de propostas de políticas públicas.

atendam suas especificidades no campo da saúde, educação, segurança, geração de renda e documentação. Com destaque para a organização coletiva e interterritorial da Audiência Pública do 08 de Março – Dia Internacional da Mulher em Riachão do Jacuípe, onde foi possível reunir entidades dos territórios Bacia do Jacuípe, Sisal e Portal do Sertão, em torno de uma luta comum para melhorar a vida das mulheres e de suas famílias e, conseqüentemente mudar o mundo onde vivem.

Entre as entidades que compõem o Fórum de Mulheres da Região Semi-árida destacamos o efetivo compromisso do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Semi-árida da Bahia⁵, o Coletivo Regional de Mulheres da FATRES⁶, e, a Rede de Produtoras da Bahia⁷. Outras entidades estão sendo articuladas.

Ainda no campo das ações estratégicas implementadas pelo Fórum de Mulheres, ressalta-se:

- Os diálogos estabelecidos nas audiências públicas com a SEPROMI onde foi discutido o Pacto Estadual pelo Fim da Violência contra a Mulher,

⁵ Formado e regado pela coragem das mulheres de Araci, Teofilândia, Serrinha, Santa Bárbara, R. do Jacuípe, Retirolândia, Santa Luz e Quixabeira.

⁶ Constituído e dinamizado com a participação de 15 Secretarias de Mulheres circunscritas no Território do Sisal.

⁷ Composta e alimentada por 47 grupos de mulheres em 18 municípios circunscritos nos Territórios Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão.

sobretudo no que se refere o eixo de consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Implantação da Lei Maria da Penha e a descentralização das ações da capital do estado; com a SUAF, foi discutida a proposta de um Projeto de Organização Produtiva das Mulheres Rurais dos Territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão que será apresentada à Superintendência;

- A articulação das entidades em torno da reestruturação do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável com a inserção da perspectiva de gênero nas políticas territoriais.

Mulheres intervindo nos espaços e negociando políticas públicas

A ocupação de espaços estratégicos pelas mulheres tem possibilitado significativas intervenções no sentido de que, identificadas suas demandas elas possam apresentar discutir e negociar propostas que venham atendê-las. É importante ressaltar que as organizações de mulheres têm cada vez mais se articulado

com outros atores sociais na construção e negociação de políticas, entendendo que é do interesse de todos/as a implementação de ações que visem o desenvolvimento sustentável e solidário da região.

Vale mencionar, neste aspecto, a realização do Seminário Interterritorial preparatório para as etapas estadual e nacional da I Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – Brasil Rural com Igualdade para as Mulheres, que contou com uma qualificada presença de lideranças femininas da região. Na ocasião, as mulheres dos territórios Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão discutiram acerca do Brasil Rural que temos e o Brasil Rural que queremos, elaborando propostas de políticas no campo da geração de renda, saúde, educação, segurança, documentação, previdência e direitos da criança e do adolescente, visionando o enfrentamento e combate ao trabalho infantil no campo.

Subsidiadas pelo documento base da Conferência, as lideranças femininas fizeram intervenções no sentido de propor uma política



pública para a consolidação de um Brasil Rural mais Justo. Várias propostas (re) construídas pelas mulheres foram aprovadas na instância estadual e nacional a exemplo da proposição de que o poder público possa garantir políticas públicas permanentes de recursos hídricos e construção de cisternas em todas as escolas do campo, bem como viabilizar a construção de casa abrigo para mulheres em situação de violência com mecanismos de atendimento humanizado e que possa coibir a violência contra a mulher no campo e na cidade.

Assessoria as Organizações de Mulheres

A assessoria e avaliação das ações implementadas pelas organizações de mulheres na perspectiva do fortalecimento institucional centrou-se nos seguintes aspectos: a avaliação e re-construção do Plano de Ação do MMTR-Regional dando-lhe um caráter mais estratégico a partir dos seus eixos políticos; a criação da Marca e do Plano de Comunicação do Movimento – construídos pelas lideranças em vários momentos de reflexão e produção acerca da sua história e trajetória. Foram também construídas peças que dêem visibilidade à luta das mulheres, a exemplo do folder e de spots para divulgação na mídia da imagem positiva das mulheres sertanejas que, não obstante a vida num contexto (des) favorável, continuam sonhando e lutando por um Sertão justo.

A ampliação das organizações de mulheres ligadas ao MMTR Regional é uma outra estratégia para o seu fortalecimento, com destaque em 2008 para a criação e institucionalização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Quixabeira, que apesar da distância geográfica se une às demais mulheres numa luta por justiça e solidariedade humana entre mulheres e homens de diferentes gerações.

Homens e Mulheres na perspectiva de melhores relações de gênero

As ações desenvolvidas pelo programa voltadas para a formação de lideranças acerca das relações sociais de gênero envolvendo homens e mulheres aconteceram em três etapas



Região Semi-árida-Ba

Elaboração do plano de comunicação do MMTR:
Mais visibilidade à luta das mulheres.

subseqüentes e igualmente importantes, a saber:

- Formação das jovens lideranças monitoras/multiplicadoras com uma abordagem teórico-conceitual e prática sobre a identidade de gênero e sua construção histórica, uma análise de gênero no cotidiano das jovens, mulheres e homens - na família, nas organizações e na comunidade. Foi um momento de intercâmbio das experiências das jovens a partir das suas convivências e expectativas, bem como de planejamento para o trabalho com as mulheres nos grupos e suas famílias.
- Oficinas regionais envolvendo as mulheres e familiares se deram a partir do agrupamento de municípios. As experiências das famílias embasaram o debate com o grupo, e, vale ressaltar a importância do depoimento dos homens acerca do desafio de desconstruir as concepções arraigadas culturalmente para reconstruir um novo jeito de viver com suas companheiras e educar filhos e filhas. Dos 105 homens que participaram, uma média de 40% já compartilha com as esposas as tarefas de casa e não vêem o sexo como um determinante dos papéis sociais; 30% vive a transição entre um mundo de paradigmas masculinos para um mundo de relações saudáveis entre homens e mulheres e

30% ainda tem comportamentos tradicionais onde a divisão sexual das tarefas define quem faz o quê e o valor do trabalho de cada um/a. No planejamento das oficinas locais cada município formou uma comissão de animadores/as - com 2 e ou 3 casais - para desenvolver as atividades de sensibilização nas comunidades junto às jovens monitoras/lideranças;

• As oficinas municipais foram mediadas/animadas pelas jovens e os casais que integram a comissão de animadores/as locais. Vale a pena lembrar que a participação dos casais como mediadores nas oficinas locais foi importante para sensibilizar outros homens a participarem da discussão na comunidade. **“E eu pensava que gênero era coisa só de mulher, agora sei que envolve nós homens também”,** dizia seu Joaquim ao avaliar o debate que fizeram na comunidade, bem como a frase de Jailton. **“Agora sei que o sexo masculino e feminino torna homens e mulheres diferentes, mas são nossas atitudes que nos tornam (des) iguais”.** Ressaltamos que a experiência das mulheres cisterneiras na região tem sido importante para a desconstrução dos estereótipos masculinos e para a construção de um novo olhar sob a mulher e suas competências.

Esse é um dos desafios que está posto para nós do MOC, para as organizações de mulheres e para as organizações mistas: superar o estereótipo de uma sociedade onde o homem pode mais e ou tem poder sobre a mulher e construir um novo paradigma social onde homens e mulheres compartilham poderes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assumir o compromisso com a equidade entre homens e mulheres pressupõe vencer a idéia do homem como padrão social dominante e implica: intervenções pró-ativas em benefício das mulheres, para que participem mais e com melhores resultados na esfera pública, incluindo o reforço de competências para a autonomia econômica e para a participação em espaços de decisão; implica também intervenções pró-ativas em benefício dos homens para que participem mais e com melhores resultados na esfera



Oficinas sobre equidade de gênero ajudam na construção de um novo paradigma social.

privada / espaço doméstico, incluindo o reforço de competências para a autonomia individual e para o cuidado; bem como intervenções pró-ativas que visem tornar igualmente harmoniosa, para homens e mulheres qualquer atividade humana socialmente útil e que permitam repartir igualmente entre uns e outros o tempo de trabalho pago e não pago, o que seria nada mais e nada menos que intervenções para o exercício efetivo da cidadania e da democracia.

Assim sendo, o Programa de Gênero vem fomentando a idéia de que homens e mulheres têm capacidades iguais para interferirem acerca do rumo de suas vidas e sobre o parâmetro de mundo onde desejam viver. As ações desenvolvidas durante o ano de 2008 buscaram contribuir para a ratificação das mulheres enquanto sujeitos históricos com potencial sócio-político-econômico e cultural, bem como para que coletivamente, homens e mulheres se percebam asas de uma mesma águia que voa rumo a uma missão especial, e que ambas as asas precisam da mesma força para que a águia chegue ao seu rumo.

Estamos nos preparando para o enfrentamento dos desafios rumo a essa igualdade tão desejada, mesmo porque mexer com uma estrutura social “quase sedimentada” requer coragem e

determinação de diversos atores e atrizes, com a convicção de que pensar políticas de igualdade de gênero implica garantir a participação ativa de mulheres e homens - à luz de fatores sociais, culturais, religiosos, econômicos, políticos e ambientais que podem afetar essa participação, bem como estabelecer constantes diálogos com os setores do governo a quem cabe o dever de garantir direitos iguais com igualdade de oportunidades no acesso e permanência aos serviços públicos gratuitos e de qualidade para homens e mulheres.

Há muitos caminhos andados, mas ainda há muito a caminhar. Sendo assim, entendemos necessário estabelecer parcerias para o desenvolvimento que desejamos construir, para tanto, o conjunto de ações que implementamos visa contribuir para que se cumpram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. As mulheres vêm buscando consolidar essas parcerias junto aos setores do governo com a realização de Audiências Públicas Municipais e Estaduais - apresentando, discutindo e encaminhando suas demandas.

Enquanto Equipe de Gênero no MOC, no que se refere aos Objetivos do Milênio, direcionamos nossas ações e esforços para o cumprimento da meta que busca igualdade entre os sexos, valorização e autonomia da mulher. O diagnóstico realizado pelas lideranças femininas identificando as demandas das mulheres nos vários campos das políticas públicas vem subsidiando a elaboração de propostas que visa melhorar a saúde das gestantes e reduzir a mortalidade infantil. Um outro desafio que está posto para nós e as organizações é garantir a inserção dessas propostas nos Planos Plurianuais (2010 - 2013) dos municípios para que as demandas saiam do campo dos desejos das mulheres e se concretizem em ações voltadas para atender as suas necessidades, o que só vai acontecer se forem transformadas em políticas públicas com vontade política dos gestores e recursos garantidos nos orçamentos público. Para tanto, a intervenção social das mulheres e demais atores se faz imprescindível.

Uma bandeira de luta das organizações de mulheres já definida para 2009 e apoiada pelo

programa é a de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, o que implica o desafio de desnaturalizar a violência doméstica e simbólica. Com a divulgação da Lei Maria da Penha pretende-se refletir com os diversos setores da sociedade acerca dos direitos da mulher a uma vida sem violência e sobre a possibilidade real de construirmos juntos uma cultura de paz entre homens e mulheres.

Apesar do esforço que vem sendo feito junto às organizações de mulheres, é preciso considerar a promoção da igualdade entre mulheres e homens como uma missão de todas/os nós e tarefa fundamental do Estado, pois a igualdade de gênero é um critério da democracia e da justiça. É uma nova forma de vida, embasada numa nova forma de relacionamentos entre homens e mulheres, que se sabem iguais e que se respeitam como iguais. A equidade que buscamos é um aprendizado de cidadania, sem essa equidade, haverá sempre opressores/as e oprimidos/as e nesse contexto alguns estarão desprovidos/as da liberdade, cuja garantia se faz necessária para que as pessoas sejam felizes. E, é pra ser mais feliz que a nossa gente (mulheres, homens, moças, moços, meninas e meninos) luta por um Sertão Justo.

Muitas são as pessoas que embora distantes geograficamente, se unem a nós pelo ideal de fazer valer os direitos das mulheres e suas famílias. São pessoas que longe dos holofotes midiáticos e movidas pela solidariedade somam esforços junto ao MOC e às organizações das mulheres.

Concluimos que trabalhar na perspectiva do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio é trabalhar pela igualdade entre os gêneros e lutar por direitos humanos, é buscar justiça e dignidade para todos/as. E, nesta luta cada um/a tem um papel a desempenhar, mesmo que seja o de relembrar a outros o seu papel. Por isso parafraseando o poeta Thiago de Mello, conclamamos aos homens, mulheres e jovens “para trabalhar cantando, na construção da manhã” pois “reparto a minha esperança e canto a clara certeza, da vida nova que vem [...] Mais que viver, o que importa, é trabalhar na mudança do que é preciso mudar, cada um na sua vez e cada qual no seu lugar”.

Confira a tabela de atividades na página 95.





O fortalecimento organizacional, a qualificação técnico-profissional do segmento *juvenil do semi-árido baiano e o diagnóstico da alimentação escolar* ocuparam centralmente a intervenção do Programa Políticas Públicas, em 2008. Preservando sua identidade político-institucional, o Programa continua contribuindo para a interferência qualificada das entidades representativas da sociedade civil nas políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável da região, principalmente nos territórios de identidade do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão da Bahia.

Em certa medida, nossa atuação programática se coaduna à agenda internacional dos Objetivos do Milênio (ODM). De um lado, priorizando ações voltadas para participação produtiva e política do/a jovem rural, o que na nossa concepção significa criar as condições necessárias para a sua autonomia e seu desenvolvimento integral como sujeitos de direitos e, de outro, na defesa intransigente da segurança alimentar e nutricional na alimentação escolar das escolas públicas.

Com isso, reafirmamos que são os contornos da correlação de forças sociais e o sabor da luta dos sujeitos concretos que operam as mudanças no seio da sociedade. Colocar essas lutas específicas em relevo, eis o interesse desse relatório.

Estratégias, atividades e resultados.

Fortalecimento organizacional e qualificação técnico-profissional de jovens

Neste âmbito específico, a assessoria técnico-pedagógica da equipe contribuiu para a institucionalização e fortalecimento institucional do Coletivo Regional Juventude e Participação Social (CRJPS). A assembléia de fundação do CRJPS contou com a participação de 230 lideranças juvenis de 23 Coletivos Municipais de Jovens, entidades associativas e sindicais do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão, CUT-BA, Escola Sindical Nordeste/CUT-Brasil e Comissão Permanente de Educação da Assembléia Legislativa da Bahia, no município de Candéal, em abril de 2008.

O projeto de fortalecimento institucional do CRJPS, apoiado pela CESE (Coordenadoria



Jovens de 10 municípios durante a oficina formativa do projeto juventude e cidadania no sertão da Bahia

Ecumênica de Serviço), teve como resultados concretos a definição do planejamento estratégico da entidade juvenil e a qualificação de 30 lideranças e dirigentes acerca de elaboração/gestão de projetos sociais e relações sociais de gênero e raça/etnia.

No âmbito da participação social e política, os Coletivos de Jovens atuaram estrategicamente nas etapas territoriais e na estadual baiana da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude (CNPPJ). Essa intervenção resultou na presença de 05 delegados na 1ª CNPPJ, em Brasília-DF. No mesmo período, a equipe de POLPUB contribuiu - na negociação junto ao Conjuve e à SNJ - para a representação CRJPS no Seminário Internacional desafios e estratégias para a cooperação na temática de juventude, envolvendo delegações juvenis e órgãos específicos de países de Língua Portuguesa.

Por conta dessa atuação contundente nas etapas territoriais, estadual e nacional da 1ª CNPPJ, o CRJPS foi indicado para compor o Conselho Estadual de Juventude da Bahia. Em 2009, o Coletivo Regional ocupará o assento de titular do Conselho Estadual, tendo como suplente a ONG Pegada Jovem de Salvador.

Numa articulação institucional com a Rede de Protagonismo Juvenil da Bahia (RJP), uma

liderança do CRJPS ocupa o assento de titular no Comitê do Pacto pela Infância no Semi-árido, recentemente institucionalizado pelo Governo do Estado, enquanto instância específica de controle social das políticas de promoção dos direitos de crianças e adolescentes do semi-árido baiano.

A assessoria e acompanhamento técnico às entidades sindicais contribuíram para o acesso de jovens ao Projovem Trabalhador, através da modalidade Consórcio Social da Juventude Rural - Aliança com Jovens. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Valente e Euclides da Cunha qualificaram tecnicamente mais de 80 jovens rurais (mulheres, negros e indígenas) para o desenvolvimento



de iniciativas geradoras de trabalho e renda nas propriedades agrícolas familiares e nos empreendimentos econômicos solidários da região. As equipes de coordenação e de educadores destes projetos de qualificação profissional foram compostas por lideranças formadoras dos Coletivos de Jovens.

Ainda no campo sindical, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Valente, Conceição do Coité, Candeal, Capela do Alto Alegre, Pé de Serra e Nordestina renovaram seus quadros de dirigentes com lideranças juvenis dos Coletivos de Jovens. Esse ingresso de jovens na diretoria das entidades sindicais representa efetivamente o reconhecimento do papel estratégico da juventude no fortalecimento e sustentabilidade da agricultura familiar por parte dessas entidades.

Projeto Juventude e Cidadania no Sertão

Este projeto articula a principal ação sistemática de qualificação social e técnica de jovens do Programa Políticas Públicas. Essa iniciativa engloba 10 municípios do Sisal e da Bacia do Jacuípe, através do Programa Jovens Escolhas, em Rede com o Futuro, financiado pela Fundação Citi e que tem como parceiros locais o CRJPS, entidades sindicais e movimentos sociais da região.

Em negociação com o CRJPS, o MOC selecionou dois estagiários universitários para compor a equipe de trabalho do Projeto, ampliando e qualificando a intervenção institucional do Programa Políticas Públicas junto aos Coletivos de Jovens do semi-árido baiano.

O projeto visa formar lideranças dos Coletivos de Jovens para o desenvolvimento de experiências no campo do empreendedorismo e auto-representação nas entidades sociais, escolas públicas e espaços político-institucionais de controle social das políticas públicas. Para tanto, em 2008, mais de 30 jovens (núcleo central), sendo em média 03 de cada município, participaram das capacitações sobre projeto de vida, cidadania, políticas públicas, metodologia de trabalho com jovens, programas de apoio à geração de trabalho



Durante oficina realizada em retírolândia, jovens discutem identidade juvenil, projeto de vida e protagonismo

e renda, associativismo e cooperativismo na agricultura familiar.

Embora não se tenha concluído a primeira etapa de um ano, é possível indicar alguns resultados preliminares. No âmbito do núcleo central envolvido diretamente na qualificação, 13 jovens prestaram o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e, entre esses, 03 se inscreveram para o processo seletivo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), construindo concretamente planos de ingresso no ensino superior; 06 jovens foram selecionados para atuarem como educadores do programa governamental de alfabetização de jovens e adultos nas comunidades dos seus municípios de origem, enquanto oportunidade geradora de trabalho e renda; entre esses jovens houve filiação às entidades sindicais e associativas da agricultura familiar, fortalecendo a participação social da juventude.

Esse processo de qualificação de lideranças juvenis contribuiu também para a renovação do quadro de coordenadores dos Coletivos de Jovens, principalmente nos municípios de Araci, Valente, Conceição do Coité e Candeal, bem como para a reestruturação e fortalecimento dos trabalhos comunitários de formação social e de fomento a iniciativas coletivas geradoras de trabalho e renda de jovens na agricultura familiar.



Diagnóstico da Alimentação Escolar

O Projeto Diagnóstico da Alimentação Escolar abrangeu um universo total de 318 escolas da rede pública municipal dos territórios da Bacia do Jacuípe, Portal do Sertão e Sisal da Bahia, contando com o financiamento do FNDE/ Ministério da Educação, e a colaboração das Apaeb's de Feira de Santana e de Serrinha, CEAIC, Fatres e CRJPS.

Nos 22 municípios envolvidos com a experiência, 112 jovens foram qualificados tecnicamente para levantamento do perfil da alimentação escolar praticada nas escolas públicas. Esse trabalho de campo, junto às escolas e secretarias municipais de educação, gerou a base de dados que subsidiou os processos de debate e formulação de propostas voltadas para negociação da inserção dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar com os movimentos sociais e entidades representativas da agricultura familiar da região.

Já nos seminários territoriais sobre segurança alimentar na alimentação escolar contou-se com a participação de entidades da sociedade civil e poder público, onde foram apresentados os resultados do diagnóstico, considerando-se

os desafios e propostas setoriais voltadas para qualificação da alimentação escolar e inserção dos produtos da agricultura familiar do semi-árido no mercado institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nesses seminários houve também a troca de experiências sobre a participação da agricultura familiar na alimentação escolar, a partir das iniciativas de Irará e Capim Grosso, os únicos municípios com experiências dessa natureza em todo o Projeto.

Em alguns municípios, a partir do diagnóstico se desdobraram ações de intervenção da sociedade civil nos conselhos de alimentação escolar e também na negociação de propostas nos debates públicos com os candidatos a prefeito e vereador, a exemplo do Pacto pela Juventude do Semi-árido Baiano do CRJPS, que incluiu a demanda pela compra de produtos da agricultura familiar para composição do cardápio das escolas.

Enquanto em Antônio Cardoso, mais concretamente, os grupos de produção de compotas de doce e mel iniciaram experimentalmente o fornecimento de produtos a algumas escolas da rede pública, contando com o apoio das Secretarias de Agricultura e de Educação do município. A partir de 2009, esses grupos



serão priorizados pela Prefeitura Municipal para abastecer as escolas municipais com produtos da agricultura familiar, através dos recursos vinculados ao PNAE.

Ao contrário dos mercados institucionais gerados pelo PETI, através da alimentação destinada às unidades de jornada ampliada, e pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Conab, a alimentação escolar na região tem uma presença inexpressiva dos produtos da agricultura familiar local, embora essa atividade rural represente preponderantemente a base econômica do conjunto dos municípios do semi-árido baiano.

Entre os desafios para inserção dos produtos da agricultura familiar no PNAE se destaca a necessidade de adequação dos empreendimentos econômicos solidários às exigências desse mercado institucional, tais como: regularidade na produção e distribuição dos gêneros alimentícios, documentação legal para comercialização (principalmente nota fiscal) e preços competitivos, além de adequação de seus espaços de produção às exigências da fiscalização sanitária⁸.

O diagnóstico indicou que há uma predominância quase absoluta de produtos industrializados e semi-elaborados de outras regiões do estado e do país nos processos de licitação pública para aquisição de gêneros alimentícios destinados às escolas públicas municipais e, por sua vez, na composição dos cardápios que alimentam crianças e adolescentes estudantes. Observou-se também, na maioria dos municípios, que a alimentação escolar é insuficiente para todos os dias letivos e as dificuldades de acesso à água de qualidade para beber e cozinhar nas escolas, o que agrava mais ainda o estado de insegurança alimentar e nutricional dos beneficiários do PNAE na região.

O Projeto teve como produto final uma publicação que sistematiza o perfil da alimentação escolar implementada nos três territórios, bem

⁸ BAPTISTA, Naidison e SOBRINHO, Emanuel. Diagnóstico da alimentação escolar das escolas públicas dos territórios Bacia do Jacuípe, Portal do Sertão e Sisal da Bahia. Feira de Santana, MOC/ FNDE, 2008.

como introduz o debate de possíveis pistas para qualificar o direito de crianças, adolescentes e jovens à alimentação escolar, em termos de fortalecimento participação da agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional e controle social.

Fortalecimento institucional na temática de juventude

Para além da assessoria técnica destinada aos Coletivos de Jovens, a equipe tem representado institucionalmente o MOC no Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e na Rede de Fortalecimento Institucional do Jovem Rural (RFIJR), contribuindo para a inserção qualificada da temática de juventude na agenda das políticas públicas.

No Conjuve, ocupando a titularidade, o MOC integra a coordenação colegiada da Comissão de acompanhamento e avaliação de programas e políticas de juventude, ao lado do CUCA/ Umes. Essa Comissão finaliza seu primeiro ano de mandato com um planejamento estratégico consolidado e com produção de análises sobre programas governamentais de juventude nas áreas de qualificação profissional, qualidade de vida, educação e orçamento público federal, à luz das deliberações da 1ª CNPPJ e dos acúmulos conceituais do livro Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas (2006).

A Câmara Temática de Juventude no Fórum de Desenvolvimento Rural Sustentável, em parceria com o IICA, e o II Intercâmbio da Juventude Rural Brasileira (IJRB) consolidaram o processo de trabalho da RFIJR, em 2008. Com essas ações específicas a Rede amplia sua capilaridade institucional, integrando e divulgando iniciativas referenciais de promoção da juventude rural em praticamente todas as regiões do país, contando com o apoio e coordenação estratégica do Instituto Souza Cruz.

Na segunda edição do IJRB, 10 entidades que trabalham com juventude do campo intercambiaram experiências de educação, organização/ participação social, agricultura familiar e empreendedorismo juvenil, durante 15 dias em cada entidade, entre os meses de junho e novembro de 2008.

O MOC e os Coletivos de Jovens montaram um programa de intercâmbio para 12 jovens



Ato de votação e aprovação da institucionalização do CRJPS

rurais, integrantes do CEDEJOR (SC), da Arcafar Sul (SC), da Arcafar Pará, da AMEFA (MG) e do Formação (MA). Em contrapartida, 11 lideranças dos Coletivos de Jovens vivenciaram as iniciativas de empreendedorismo rural da juventude desenvolvidas pelo PAER (PB), pela AMEFA (MG), pelo CEDEJOR (SC, PR, RS) e pela ONG Formação (MA).

Ainda na dimensão de intercâmbio, a equipe recebeu um jovem estudante italiano do curso de Serviço Social da Universidade de Viena (Áustria) para estágio voluntário nos trabalhos com juventude na região sisaleira da Bahia, através da entidade de cooperação internacional Horizonte 3000.

Ainda no âmbito internacional, o MOC participou do Seminário Internacional sobre Ensino Médio: Direito e Desenvolvimento, realizado pelo Unicef e Ministérios da Educação do Brasil, Chile e Argentina, apresentando a experiência de organização e formação técnica e política de jovens do semi-árido baiano numa oficina temática do evento, juntamente com o SERTA-PE.

Desafios e perspectivas para 2009

No cenário institucional de 2008, a temática de juventude hegemonizou as linhas de trabalho do Programa Políticas Públicas. Aos poucos, os



condição necessária para a estruturação e sustentabilidade da mais nova entidade representativa da juventude da região.

A presença do CRJPS no Conselho Estadual de Juventude e na Comissão do Pacto pela Infância indica boas perspectivas para o processo de articulação e intervenção no campo das políticas públicas voltadas para a população infanto-juvenil no âmbito estadual e regional.

Por outro lado, o MOC dá continuidade ao projeto Juventude e Cidadania no Sertão da Bahia, acreditando na atuação empreendedora de jovens rurais e agricultores familiares.

Enquanto os insumos do diagnóstico da alimentação escolar exigem uma maior apropriação crítica e estratégica por parte do conjunto dos programas institucionais do MOC, de modo que se conceba um trabalho

integrado que apóie iniciativas concretas de comercialização dos produtos da agricultura familiar e de efetivação de uma alimentação baseada nos princípios da segurança alimentar e nutricional, gerando mais desenvolvimento na economia local e na qualidade de vida para as pessoas.

Confira a tabela de atividades na página 98.

campos de fortalecimento da sociedade civil e de conselhos se permeiam pela ação estratégica junto aos Coletivos de Jovens dos territórios Bacia do Jacuípe, Portal do Sertão e Sisal da Bahia.

Os resultados da opção institucional de compartilhar entre as equipes o trabalho de assessoria técnica às entidades representativas da sociedade civil organizada da região ainda carece de um debate avaliativo por parte da entidade, em que pese os desafios e as possibilidades dessa estratégia. Por outro lado, de maneira preliminar, essa mesma orientação se conformou adequadamente à atuação das equipes junto aos conselhos, respeitando as afinidades temáticas e de público prioritário de cada ação programática.

Com o ingresso de dois estagiários no Programa Políticas Públicas amplia-se gradativamente a capacidade técnica de atender as demandas de fortalecimento organizacional dos Coletivos de Jovens. O advento da institucionalização do CRJPS coloca em relevo o desafio de trabalhar permanentemente com a qualificação técnica e política dos/as seus/ suas dirigentes, em sua maioria, na primeira jornada à frente de uma entidade regional com abrangência de 23 municípios. Essa parece ser a





TABELAS DE ATIVIDADES
DESENVOLVIDAS PELOS
PROGRAMAS NO ANO DE 2008

ANEXOS

Tabela de Atividades do Programa Água e Segurança Alimentar

Linhas de ação / Sub-Programas	Ações	Atividades	Nº de atividades	Média de participantes	total de Participantes
PASA	Capacitação das CEM's na elaboração de propostas em negociação com o poder público.	Encontros Municipais de Planejamento	1	30	35
		Monitoramento e Avaliação	1	20	31
		Encontros de Monitoramento com a CGMR	1	15	13
		Encontro de Monitoramento com a equipe do PASA12	12	13	13
	Dirigentes, técnicos, lideranças e agricultores conhecendo e sendo incentivados a implantação técnicas de captação de água para produção no semi-árido.	Visitas de Intercâmbio sobre Alternativas de Convivência com o Semi-árido	2	28	55
		Capacitação de Pedreiro(a)s em Construção de Cisternas Calçadão	3	27	79
		Capacitação de Pedreiro (a)s e Agricultores (a) na Construção de Barragem Subterrânea	3	15	45
		Construção de Sítios Demonstrativos	4	20	80
	Elaboração de outros projetos destinados à captação de água para beber e cozinhar e para produção.	Construção de Cisterna Calçadão	4	20	45
		Construção de Cisternas para Consumo humano	1.950	30	11.700 pessoas beneficiadas
		Construção de Cisterna para produção	40	20	200
		Encontro Microrregional de Planejamento	1	60	60
	Continuidade na execução do P1MC	Encontro Microrregional de Capacitação das CEM's e CGMR	12	1	10
		Reuniões de Planejamento, Monitoramento e Avaliação com as CEM's.	1	20	20
		Capacitação de Pedreiros/as de cisternas para consumo humano	2	20	20
		Capacitação de Pedreiros para cisternas de produção	1	20	20

Linhas de ação / Sub-Programas	Ações	Atividades	Nº de atividades	Média de participantes	total de Participantes
		Reuniões de capacitação no processo de construção das cisternas com CEM's, famílias e pedreiros.	65	30	1.950
		Cursos de Capacitação em GRH	14	25	350
		Cursos de Recapitações em GRH	6	30	180
		Capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde	2	15	15
		Capacitação das famílias no uso da cisterna para produção	1	20	20

Tabela de Atividades do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Semi-Árido

Sub-Programas	Ações	Atividades	Nº de atividades	Média de participantes	total de Participantes
Assistência Técnica e Extensão Rural	Potencializar as organizações locais para que elas assumam a gestão das ações de ATER	Encontros de entidades locais	06	30	180
		Reunião de monitoramento e avaliação do projeto	06	30	180
		Encontros de monitoramento com os técnicos, jovens multiplicadores e dirigentes das organizações locais	05	30	15
		Encontro de formação de agentes de ATER e parceiros locais em agroecologia e metodologia participativa	09	15	90
		Reuniões municipais com dirigentes	06	15	90
		Oficina de monitoramento e gestão social do projeto - Rede ATER NE	01	20	20
		Reunião de discussão e gestão coletiva da Rede ATER NE	03	20	60
		Oficina de monitoramento e gestão social do projeto - técnicos da Rede ATER NE	01	20	20

Sub-Programas	Ações	Atividades	Nº de atividades	Média de participantes	total de Participantes		
	Assessorar a REDE de ATER com jovens na multiplicação de ações agroecológicas com responsabilização das organizações locais	Encontro de formação de agentes de ATER e parceiros locais em Agroecologia e metodologias participativas	09	15	135		
		Curso de formação de agentes jovens de ATER	01	20	20		
		Encontro de monitoramento com a equipe técnica	10	15	15		
		Encontro de monitoramento municipal com jovens	177	8	140		
	Preparar famílias e propriedades rurais para centros de difusão em agroecologia.	Intercâmbio de qualificação produtiva entre os agricultores familiares baseado na agroecologia	60	15	900		
		Curso de qualificação de agricultores e agricultoras	115	25	2.875		
		Curso de Caprinocultura	06	20	120		
		Curso de segurança alimentar	06	20	120		
		Curso de gerenciamento e tratamento de água	06	20	120		
		Curso de Horticultura	06	20	120		
		Dia de estudo de planejamento da propriedade	06	20	120		
		Cursos de capacitação sobre convivência com o Semi-árido e agroecologia	04	25	100		
		Oficinas de agroecologia	02	15	30		
		Encontro regionais de agricultores experimentadores	01	60	60		
		Feira de caprinos	01	100	100		
		Agroindústria e Comercialização	Formação continuada e acompanhamento técnico sistemático a Empreendimentos Econômicos Solidários e a Agência Regional de Comercialização no processo de gestão e	Reunião da Comissão de Encaminhamento de Animais para Frigorífico	04	04	25
				Consultoria Técnica Especializada no Processamento de Carne Caprina c/elaboração de Material Técnico	01	01	-
				Mostra Territorial de Produtos e Derivados de Carne Caprina	02	01	40
				Oficina para Elaboração de Planejamento Estratégico 2007-2009 (carne)	02	02	20

Sub-Programas	Ações	Atividades	Nº de atividades	Média de participantes	total de Participantes
	organização da produção; Apoiar processo de certificação da produção; Incentivar e apoiar troca de saberes entre empreendimentos	Reunião de Monitoramento de Planejamento Estratégico (carne)	01	00	-
		Reunião da Comissão de Encaminhamento de Mel para Beneficiamento	06	03	57
		Curso de Formação em Apicultura - Módulo I (detalhar)	03	03	69
		Curso de Formação em Apicultura - Módulo II (detalhar)	03	03	69
		Curso de Formação em Apicultura - Módulo III (detalhar)	07	07	161
		Curso de Formação em Meliponicultura	02	01	30
		Visita de acompanhamento às cooperativas - deslocamento da equipe de campo	240	-	-
		Visita de acompanhamento às cooperativas - deslocamento coordenação	240	-	-
		Encontro de Intercâmbio de Experiência e Troca de Saberes	04	04	40
		Oficina de Formação para Beneficiamento de Cera Alveolada	01	00	-
		Consultoria Técnica Especializada no Processamento de Produtos da Colméia com elaboração de Material Técnico	01	00	-
		Mostra Territorial de Produtos da Colméia	02	02	85
		Encontro de Intercâmbio de Experiência e Troca de Saberes, na perspectiva de rede	04	02	25
		Curso sobre cooperativismo e economia solidária	01	00	-
		Curso sobre comercialização	01	00	-
		Curso sobre beneficiamento e manuseio da produção	01	00	-

Sub-Programas	Ações	Atividades	Nº de atividades	Média de participantes	total de Participantes
		Cursos de formação de gestores das cooperativas	06	00	-
		Encontro Regional de planejamento da comercialização	01	00	-
		Reunião de Monitoramento de Planejamento Estratégico (Arco Sertão)	02	02	20
		Oficina de Formação para a Gestão Organizacional Qualificada (Arco Sertão)	01	01	25
		Encontro municipal para discutir a Agricultura Familiar local e incentivo à formação de Grupos produtivos.	01	01	20
		Apoio a Reunião do Conselho de Administração	12	10	20
		Curso para Apicultores	08	05	73
	Apoiar inserção dos produtos da agricultura familiar, com valor agregado, nos mercados institucionais e territorial.	Apoio a participação em fóruns/articulações e espaços do mov ES e PP	10	10	20
		Elaboração Catálogo de Produtos para Comercialização	03	00	-
		Participação em Feiras e Exposições de Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Estadual e Nacional)	02	00	-
		Apoio a realização de Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária	01	01	20
		Oficina sobre a Estrutura e Dinâmica de Funcionamento Mercado Institucional	01	01	30
		Oficina de capacitação e assessoria aos agricultores familiares - refletir Economia Solidária e acesso a mercados	03	00	-
		Seminário Regional sobre Agricultura Familiar e Comercialização: Desafios e Perspectivas	02	02	30
		Visita de Representantes da Sociedade Civil à Experiência de Beneficiamento e Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar	01	01	15

Sub-Programas	Ações	Atividades	Nº de atividades	Média de participantes	total de Participantes
		Seminário Territorial com Entidades da Sociedade Civil sobre estratégia de inserção do mel e carne no mercado institucional	02	00	-
		Audiência Pública Regional com agricultores familiares e gestores públicos para negociar alternativas de comercialização, produção da agricultura familiar nos Territórios	02	00	-
		Apoio a participação de representantes da sociedade civil em Sessões Especiais com o Poder Legislativo Municipal para inserção de produtos da agricultura familiar	14	00	-
		Encontro Territorial de Avaliação e Monitoramento das Experiências da Sociedade Civil de apoio a inserção da Produção da agricultura familiar no mercado	02	00	-
	Acompanhamento técnico sistemático e formação continuada aos processos de gestão e político-organizacional a Grupos de Mulheres Produtoras e a Rede de Produtoras da Bahia	Dias de Campo para instalação de viveiros de mudas e/ou quintais produtivos	28	28	300
		Kits de quintais produtivos	10	10	-
		Cursos regionais sobre questões específicas da produção	10	10	150
		Intercâmbio territorial para conhecer experiências de produção de grupos de Economia Solidária	01	01	30
		Visitas técnicas aos municípios para orientação produtiva	20	20	300
		Aquisições de Kit's de equipamentos e materiais para os grupos produtivos	25	25	-
		Seminário Regional sobre certificação da produção	01	01	50
		Intercâmbio para conhecer experiência de fundo rotativo solidário	01	01	30

Sub-Programas	Ações	Atividades	Nº de atividades	Média de participantes	total de Participantes
		Oficina regional para construção de regimento interno do Fundo Rotativo Solidário e definição do comitê gestor	01	01	30
		Reuniões do comitê gestor do fundo rotativo solidário	08	08	10
		Capital inicial do fundo rotativo solidário	01	01	-
		Reuniões do coletivo regional da Rede de Produtoras da Bahia para planejamento, monitoramento e avaliação	03	03	30
		Reuniões da coordenação colegiada da Rede de Produtoras da Bahia para planejamento, monitoramento e avaliação	10	10	10
		Oficinas comunitárias para planejar, monitorar e avaliar as ações dos grupos	75	75	300
		Campanha de fortalecimentos dos grupos produtivos organizados por mulheres	01	01	30
		Curso sobre ferramentas e técnicas de comercialização	01	01	20
		Espaço de comercialização da Rede de Produtoras e seus grupos filiados	01	01	-
		Feira Solidária de Comercialização dos produtos e troca de saberes	01	01	70
		Cursos de formação continuada para jovens monitoras	04	04	20
		Visitas de monitoramento municipais das atividades das jovens	30	30	20
		Reuniões de monitoramento do trabalho das jovens monitoras	04	04	30
		Seminário regional de avaliação do projeto	01	01	70
		Oficinas locais para monitoramento e avaliação dos planos de ações dos grupos produtivos	10	10	300

Sub-Programas	Ações	Atividades	Nº de atividades	Média de participantes	total de Participantes
		Oficinas sobre desenvolvimento de novos produtos	06	06	300
		Oficina para elaboração do Plano de Negócios da Rede de Produtoras	02	02	30
		Feira Regional das Mulheres Produtoras Rurais	01	01	70
		Capacitação sobre gestão administrativa e financeira	01	01	30
		Visitas de acompanhamento técnico	46	46	300
		Reunião de apresentação do projeto e articulação política das entidades parceiras	01	01	30
		Encontro sobre economia solidária, micro finanças e fundos rotativos solidários	01	01	30
Desenvolvimento Territorial	Fortalecimento da Coordenação Estadual de Territórios para articulação de políticas públicas de promoção de desenvolvimento rural sustentável	Encontro Estadual de Monitoramento com Articuladores Territoriais	02	30	60
		Encontro Estadual de Monitoramento com Representantes dos Colegiados Territoriais	02	60	135
		Reunião de Monitoramento da Equipe de Apoio ao Desenvolvimento Territorial na Bahia	01	10	20
		Reunião da Coordenação Estadual de Territórios	02	15	35
		Encontro Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia	01	80	80
		Seminário Estadual de Assistência Técnica da Agricultura Familiar	01	65	65
		Formação de lideranças e técnicos para a construção/gestão de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável	10	40	550
		Reunião de Articulação de Políticas Públicas para implementação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável	20	12	300

Sub-Programas	Ações	Atividades	Nº de atividades	Média de participantes	total de Participantes
Apoio a concepção e formulação de programas e projetos para a dinamização das economias territoriais		Jornada de Apoio aos Núcleos Técnicos e Diretivos Territoriais	12	10	120
		Reunião de Planejamento e Monitoramento de Atividades (inter-territoriais)	04	15	70
	Oficina Territorial de Elaboração do Plano Territorial de ATER	Oficina Territorial de Elaboração do Plano Territorial de ATER	20	40	800
		Jornada para Elaboração Participativa do Plano Territorial de ATER	40	10	400
		Jornada de Sistematização dos Planos Territoriais de ATER e Elaboração do Plano Estadual de ATER	10	10	100
		Diagnóstico Territorial dos Empreendimentos Econômicos Solidários da Agricultura Familiar	15	25	375
		Jornada de apoio ao Funcionamento de Empreendimentos Econômicos Solidários da Agricultura Familiar	60	15	900
		Oficina Territorial com Empreendimentos Econômicos Solidários da Agricultura Familiar	15	15	225
		Encontro Estadual de Redes Territoriais de Empreendimentos Econômicos Solidários da Agricultura Familiar	01	60	60
		Encontro Estadual de Dirigentes de Empreendimentos Econômicos Solidários da Agricultura Familiar	04	30	120
		Jornada de Apoio Técnico ao Funcionamento de Redes de Empreendimentos Econômicos Solidários da Agricultura Familiar	15	10	150
		Jornada de Elaboração do plano territorial de desenvolvimento da apicultura	30	10	300

Tabela de Atividades do Programa de Comunicação

Linhas de ação	Ações	Atividades	Nº de atividades	Média de participantes	total de Participantes
Comunicação institucional e qualificação da cobertura jornalística do semi-árido	Capacitação de jornalistas e estudantes e apoio à cobertura jornalística	Visitas de cobertura e acompanhamento de visitas de jornalistas	10	03	30
		Palestras e debates com estudantes de comunicação	02	20	40
	Assessoria à imprensa e comunicação institucional	Oficinas de capacitação e reuniões do Grupo de Trabalho de Comunicação do MOC	05	07	07
		Produção do Boletim Informativo MOC	44	1.153	1.153 ⁹
		Elaboração e envio de releases e sugestões de pauta	44	159	159 ¹⁰
		Produção de matérias para o site institucional do MOC	51	-	-
		Produção e envio de reportagens radiofônicas e programas de rádio	31	49	49 ¹¹
		Produção do boletim de experiências Bocapiu	03	-	-
		Produção do jornal Giramundo	02	-	-
		Democratização da Comunicação e Fortalecimento da Comunicação Comunitária	Fortalecimento da Abraço Sisal	Oficinas de Planejamento, monitoramento e avaliação final	02
Oficinas de Intercâmbio entre comunicadores comunitários	02	30		30	
Oficina de capacitação técnica e de conteúdo	01	35		35	
Visitas de assessoria junto à Abraço Sisal	09	05		05	
Visitas técnicas às rádios comunitárias em parceria com a Abraço Sisal	16	08		112	

⁹ Refere-se ao número de assinantes do boletim eletrônico.

¹⁰ Refere-se ao número de jornalistas e veículos cadastradas no mailing.

¹¹ Refere-se ao número de rádios cadastradas no mailing para recebimento das reportagens radiofônicas.

Linhas de ação	Ações	Atividades	Nº de atividades	Média de participantes	total de Participantes
Fortalecimento da Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura		Oficinas de planejamento, monitoramento e avaliação	02	03	03
		Oficina de capacitação em internet	01	03	03
		Oficina para construção de projetos	02	03	03
		Visitas de assessoria	10	03	03
Fortalecimento da comunicação de entidades regionais do movimento social		Reuniões de planejamento e monitoramento com a FATRES	02	20	20
		Oficinas de comunicação com representantes dos STRs filiados à FATRES	03	25	25
		Visitas de assessoria a FATRES	05	03	03
		Reunião de planejamento com a diretoria da Arco Sertão	01	25	25
		Oficinas de comunicação com representantes das cooperativas da Arco Sertão	02	25	25
		Visitas de assessoria à ARCO Sertão	02	04	04
		Reunião de construção de pauta com a Arco Sertão e Agência Mandacaru	06	08	08
		Oficina de comunicação com o MMTR	01	15	15
		Oficina de intercâmbio com o MMTR e os comunicadores comunitários	01	20	20
		Visitas de assessoria ao CODES Bacia do Jacuípe	02	03	03
Estimular o debate territorial da democratização da comunicação		Oficina de comunicação com STRs filiado ao Pólo Sindical Vale do Jacuípe	03	20	20
		Reuniões do Comitê Regional pela Democratização da Comunicação	02	08	08
		Reuniões entre Abraço Sisal e representantes do Governo do Estado	06	08	08
		Seminário Regional de Democratização da Comunicação	01	150	150
		Encontros de planejamento e avaliação	03	15	45

Linhas de ação	Ações	Atividades	Nº de atividades	Média de participantes	total de Participantes
Educomunicação do Campo	Capacitação de educadores do campo em educomunicação	Oficina para produção de programas de rádio	03	11	33
		Oficinas municipais na linguagem jornal e rádio	06	11	33
		Visitas locais com educadores e crianças nas rádios comunitárias	03	20	60
		Oficina de intercâmbio entre educadores e crianças	01	80	80

Tabela de Atividades do Programa Criança e Adolescente

Linhas de ação	Ações	Atividades	Nº de atividades	Média de participantes	total de Participantes
Erradicação do Trabalho Infantil	Estímulo ao fortalecimento da participação política de organizações sociais e lideranças em espaços de discussão, elaboração e/ou gestão de políticas e DCA	Visitas de sensibilização sobre DCA's	14	30	420
		Capacitação dos Conselheiros de Direitos e Tutelares	14	15	210
Pacto Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-árido		Identificação de novos espaços de discussão, elaboração e/ou gestão de políticas de DCA's;			
		Sensibilização de lideranças sociais sobre DCA's;			
		Visitas de sensibilização sobre DCA's	22	25	550
		Capacitação dos Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente	22	10	220

Linhas de ação	Ações	Atividades	Nº de atividades	Média de participantes	total de Participantes
Ações Municipais	Sensibilização de organizações regionais na linha de DCA e controle social Sensibilização de organizações regionais para inserção dos DCA em seus Planejamentos Assessoria às organizações regionais	Reuniões de Sensibilização com Organizações Sociais	01	15	15
		Reuniões de Formação sobre DCA's com as Organizações Sociais	08	25	200
		Encontros territoriais de avaliação da política de DCA's	02	30	60
		Visita a 229 municípios para conhecer a realidade dos CMDCA's e CT's	229	02	2.748

Tabela de Atividades do Programa de Educação do Campo

Linhas de Ação	Ações	Atividades	Nº de atividades	Média de participantes	total de Participantes
Formação em educação do campo integral de Equipes Pedagógicas Municipais e educadores do campo	Assessorar Equipes Pedagógicas Municipais do Projeto CAT.	Encontros de Monitoramento, Avaliação e Planejamento das ações do Projeto CAT com Equipes Pedagógicas Municipais	06	45	45
		Encontros de Avaliação e Planejamento de unidades escolares ⁰⁷	07	40	90
		Oficinas Temáticas Municipais	05	40	40
		Oficinas com as diversas áreas de conhecimentos com professores	08	35	320
		Reuniões de Assessoria MOC/UEFS	18	10	10
		Curso sobre Pátios Escolares Agroecológicos (nterface com Programa Agrícola)	02	40	80
		Encontro de Sensibilização com coordenadores novos	01	30	30
		Oficinas de Interdisciplinaridade	02	30	60
		Visita a experiência Agroecológicas	01	10	10

Linhas de ação	Ações	Atividades	Nº de atividades	Média de participantes	total de Participantes	
	Assessorar Coordenação Municipal do Projeto Baú de Leitura.	Encontros de Monitoramento, Avaliação e Planejamento das ações do Projeto Baú de Leitura com Coordenadores Municipais	06	40	40	
		Encontros de Formação inicial e sensibilização de educadores, coordenadores e diretores escolares para atuarem com o Projeto Baú de Leitura	11	40	446	
		Encontros de Formação continuada de estudos e aprofundamento da metodologia do Projeto Baú de Leitura com educadores	06	40	253	
		Seminário de Avaliação Final das Ações de Educação de Cultura e Educação do Campo	01	160	160 ¹²	
		Assessorar Coordenação Municipal das Ações Socio-Educativas do PETI (ações complementares à escola.	04	55	60	
			Encontros de Monitoramento, Avaliação e Planejamento das ações da Jornada Ampliada com Coordenadores Municipais	08	50	400
			Curso de Formação de Agentes das Ações Sócio-Educativas (Formação de Monitores do PETI)	01	30	30
			Curso de Formação das Comissões Municipais do PETI	01	30	30
	Formação e articulação do Poder Público e das Entidades da Sociedade Civil na construção e monitoramento de Políticas Públicas de Educação do Campo.	Assessorar Gestores públicos e representações/ organizações da Sociedade Civil.	Reuniões com Entidades Regionais - Pólos Sindicais e FATRES - para planejamento das Ações de Educação do Campo	18	25	25
			Reuniões de Acompanhamento do CODES e ações do GT de Educação	11	10	10
Seminário: Perspectiva dos Movimentos Sociais para Educação do Campo			03	80	80	
Reunião de Sensibilização de Secretários de Educação			04	20	20	

¹² Algumas pessoas neste Seminário são as mesmas que participaram dos cursos e seminários de formação.

Linhas de ação	Ações	Atividades	Nº de atividades	Média de participantes	total de Participantes
		Seminário Intercâmbio de Políticas Públicas de Educação do Campo	01	140	140 ¹³
		Seminário Internacional de Educação do Campo e desenvolvimento territorial	01	160	160 ¹⁴
		Formação de Conselheiros Municipais de Educação	04	40	120
		Formação de Diretores Escolares para Gestão Democrática	04	45	180
		Visita a de Experiências de Educação Integral	01	10	10
		Visitas Municipais de monitoramento das ações de Educação do Campo	18	2	6
	Representação institucional do MOC	Assembléias e Reuniões do FEEC e RESAB (Salvador, Juazeiro)	08	04	04
		Seminário de Educação Contextualizada para Convivência com semi-árido – UNICEF (01 Salvador e 01 Aracaju)	02	02	02
		Encontro Estadual de Educação do Campo Semi-árido FEEC e RESAB (Salvador)	01	03	03
		Seminário Pedagogia Social (São Paulo)	01	01	01
		Seminário de Avaliação do SELO UNICEF (Salvador)	01	01	01
		Intercambio Educação Integral – UNICEF/ CENPEC (Salvador)	01	01	01
		Reuniões da COMPETI (Salvador)	05	03	03
		Reuniões com UNICEF (Salvador)	04	03	03
		Encontro de Troca de Saberes sobre combate a Desertificação (Natal-RN)	01	02	02

¹³ Algumas destas pessoas são as mesmas que participaram de cursos e encontros de formação

¹⁴ Algumas pessoas neste Seminário são as mesmas que participaram dos cursos e seminários de formação.

Linhas de ação	Ações	Atividades	Nº de atividades	Média de participantes	total de Participantes
		Encontro Nacional de Educação Infantil do Campo (Brasília)	01	01	01
		VI Feira do semi-árido01	01	06	06
		Seminário de Agricultura Familiar e Alimentação Escolar (Rio de Janeiro)	01	01	01

Tabela de Atividades do Programa de Gênero

Linhas de ação	Ações	Atividades	Nº de atividades	Média de participantes	total de Participantes
Fortalecimento político e gerencial das organizações de mulheres rurais para interferir nas políticas públicas;	Formação política de lideranças femininas e monitoramento e avaliação das ações implementadas junto às organizações de Mulheres	Encontro de articulação dos municípios e re-discussão do projeto (para apresentação e negociação das propostas de [ações interventivas nas] políticas públicas de interesse das mulheres com os movimentos sociais e setores do governo).	01	25	25
&		Oficina regional para sistematização das necessidades e demandas das mulheres por grupos de interesse e elaboração das propostas setoriais para negociação com os órgãos de poder e decisão das organizações locais e regionais do território.	01	50	50
Transversalidade de gênero junto aos programas e projetos do MOC e seus públicos.		Seminário regional para elaboração e segmentos das estratégias de negociação e lobby nas organizações de mulheres nos espaços de participação e controle de políticas públicas	01	50	50
		Curso regional sobre políticas públicas e participação social.	01	30	30

Linhas de ação	Ações	Atividades	Nº de atividades	Média de participantes	total de Participantes
	Inserção das mulheres nos espaços estratégicos de construção e decisão política.	Encontro regional de monitoramento e avaliação da implementação das ações de políticas públicas setoriais (saúde, educação, documentação civil, geração de trabalho e renda).	01	50	50
		Seminário Interterritorial de de preparação da conferência Estadual e Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário	01	80	80
		Audiência pública estadual para apresentação e negociação das propostas de políticas públicas de interesse das mulheres com os movimentos sociais e setores do governo.	01	30	30
		Encontro estadual de monitoramento e avaliação da implementação das ações de políticas públicas setoriais (saúde, educação, documentação civil, geração de trabalho e renda).	01	30	30
		Audiências públicas locais para apresentação e negociação das propostas de políticas públicas de interesse das mulheres com os movimentos sociais e setores do governo.	9	25	225
		Visitas das líderes do MMTR, das Secretarias e Coletivos de Mulheres aos programas de rádio e imprensa local para divulgação das suas ações em relação ao processo de construção, negociação e acesso aos direitos sociais.	14	28	28
		Visitas comunitárias das lideranças das organizações de mulheres para mobilização dos grupos de interesses para o acesso aos serviços e políticas públicas setoriais (saúde, educação, documentação civil, geração de trabalho e renda).	27	25	675

Linhas de ação	Ações	Atividades	Nº de atividades	Média de participantes	total de Participantes	
		Encontros locais de monitoramento e avaliação da implementação das ações de políticas públicas setoriais (saúde, educação, documentação civil, geração de trabalho e renda).	09	25	225	
		Produção e distribuição de campanha radiofônica de sensibilização para a sociedade civil local sobre as demandas e propostas das mulheres rurais.	05	-	-	
		Formação de lideranças sobre relações sociais de gêneros / divisão sexual do trabalho envolvendo homens e mulheres.	Oficinas regionais sobre relações interpessoais de integração, auto-estima e troca de experiências entre os grupos;	02	30	60
			Oficinas municipais sobre relações interpessoais, integração e auto-estima.	10	30	300
			Oficinas regionais com as mulheres produtoras e suas famílias sobre relações sociais de gênero.	02	30	60
			Oficinas municipais com as mulheres produtoras e suas famílias sobre relações sociais de gênero.	10	30	300
			Assessoria, monitoramento e avaliação das ações propostas e implementadas pelas organizações de mulheres na perspectiva do seu empoderamento.	Oficina regional para construção do Plano de Comunicação do MMTR Região Semi-Arida da Bahia.	01	30
		Encontros municipais entre o MMTR/Col. de Mulheres e as Coord. dos Grupos de Prod. para monit. e avaliar as ações do projeto.	10	20	200	
		Elaboração de 1 logomarca do MMTR Região Semi-Arida da Bahia.	01	-	-	
		Reunião com a coordenação regional do MMTR para avaliara e monitorar o plano de ação do movimento.	03	15	15	
		Encontro regional para reconstrução do plano de ação do MMTR.	03	15	15	

Linhas de ação	Ações	Atividades	Nº de atividades	Média de participantes	total de Participantes
	Articulação e mobilização em prol da criação e funcionamento do Fórum de Mulheres do Semi-árido.	Seminário de constituição do Fórum de mulheres da Região Semi-árida da Bahia.	01	25	25
		Encontro do Fórum de mulheres para articulação e mobilização de demandas a setores do governo e movimentos sociais.	03	12	12
		Audiência pública do Fórum de Mulheres com setores do governo (SEPROMI / SUAF)	02	10	10

Tabela de Atividades do Programa de Políticas Públicas

Linhas de ação	Ações	Atividades	Nº de atividades	Média de participantes	total de Participantes
1- Fortalecimento organizacional dos Coletivos de Jovens	Assessoria e capacitação técnico-pedagógica e política do Coletivo Regional Juventude e Participação Social	Reuniões regionais de planejamento, monitoramento e avaliação das ações juvenis regionais.	05	30	30
		Reuniões municipais com grupos juvenis e lideranças comunitárias para criação do Coletivo de Jovens de Euclides da Cunha e Barrocas.	02	20	40
		Seminário de institucionalização do CRJPS – Coletivo Regional Juventude e Participação social	01	130	130
		Oficina regional elaboração de projetos econômicos e sociais de juventude.	01	20	20
		Oficinas municipais sobre cidadania, políticas públicas de juventude e planejamento para lideranças juvenis do Conselho Municipal de Juventude de Retiroândia.	03	20	20

Linhas de ação	Ações	Atividades	Nº de atividades	Média de participantes	total de Participantes
	Assessoria técnico-pedagógica aos Coletivos Municipais de Jovens dos territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão da Bahia	Reuniões municipais com lideranças juvenis dos Coletivos para assessoria à gestão de projetos sociais voltados para a juventude nos municípios de Araci, Santa Luz, Serrinha, Cansanção, Tucano, Valente, Euclides da Cunha e Retiroândia.	16	10	80
2- Projeto Juventude e Cidadania no Sertão da Bahia	Qualificação técnico-profissional de jovens para empreendedorismo no semi-árido	Oficinas presenciais sobre projeto de vida, cidadania, políticas públicas, metodologia de trabalho com jovens, programas governamentais de apoio à juventude, associativismo e cooperativismo na agricultura familiar.	05	35	35
		Reuniões municipais para monitoramento dos trabalhos locais do núcleo central.	10	03	30
		Encontros municipais sócio-formativos com grupos juvenis locais.	10	15	150
		Reuniões da equipe técnica para planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização do processo de trabalho.	10	03	03
3- Diagnóstico da Alimentação Escolar		Oficinas microrregionais para capacitação, orientação e nivelamento técnico-metodológico dos agentes locais para realização do diagnóstico.	03	112	112
		Visitas locais para levantamento das informações sobre alimentação escolar nas escolas públicas municipais.	330	112	112
		Reuniões técnicas para avaliação e sistematização das informações dos questionários sobre alimentação escolar aplicados em 330 escolas públicas municipais	03	05	05

Linhas de ação	Ações	Atividades	Nº de atividades	Média de participantes	total de Participantes
		Reuniões municipais com representantes locais dos movimentos sociais para discussão do resultado do diagnóstico da alimentação escolar e formulação de propostas de negociação e inserção dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar pública municipal	22	20	440
		Seminários regionais com movimentos sociais e poder público sobre segurança alimentar nas escolas públicas municipais dos territórios Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão da Bahia.	03	40	120

Glossário

<p>ACS - Agentes comunitários de Saúde</p> <p>AMOPETI – Associação Estadual do Educadores Sociais para a Prevenção do Trabalho Infantil</p> <p>Apaebs - Associações dos Pequenos Agricultores</p> <p>Arco Sertão – Agência Regional de Comercialização da Bahia</p> <p>ASA - Articulação no Semi-Árido Brasileiro</p> <p>ASCOOB - Associação das Cooperativas de Economia Familiar</p> <p>ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural</p> <p>BNB - Banco do Nordeste</p> <p>CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional</p> <p>CECA - Conselho Estadual da Criança e do Adolescente</p> <p>CEM – Comissão Executiva Municipal</p> <p>CET - Coordenação Estadual de Territórios</p> <p>CMDCA's - Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente</p> <p>CMS – Conselho Municipal de Saúde</p> <p>CODES Bacia do Jacuípe - Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Bacia do Jacuípe</p> <p>CODES Sisal - Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Sisal</p> <p>COGEFUR - Conselho Gestor do Fundo Rotativo</p> <p>COMPETI - Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil</p> <p>COMPETI - Comissão Estadual do Trabalho Infantil</p> <p>CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento</p> <p>CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude</p> <p>COOAFES - Cooperativa dos Agricultores Familiares e Grupos de Empreendimentos Solidários de Conceição do Coité.</p> <p>COOAPI - Cooperativa Agroindustrial de Pintadas.</p> <p>COOBENCOL - Cooperativa de Beneficiamento e Comercialização LTDA</p> <p>COOPERCRIA - Cooperativas dos Criadores de Riachão do Jacuípe</p> <p>COOPERGAMA - Cooperativa Mista de Produção de Gameleira Responsabilidade Limitada, no município de Retirolândia.</p> <p>CRJPS - Coletivo Regional Juventude e Participação Social</p> <p>CRS – Catholic Relief Services</p> <p>CT's - Conselhos Tutelares</p> <p>CUT - Central Única dos Trabalhadores</p> <p>EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola</p> <p>EES - Empreendimentos Econômicos Solidários</p> <p>EMBRAPA Semi-Árido – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária</p>	<p>FATRES – Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região Sisaleira</p> <p>FEDCA - Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente</p> <p>FIA - Fundo da Infância e Adolescência</p> <p>FNDCA - Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente</p> <p>FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação</p> <p>GMP – Grupo de Mulheres Produtoras</p> <p>IDR Sisal – Instituto de Desenvolvimento da Região do Sisal</p> <p>LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias</p> <p>LOA – Lei Orçamentária Anual</p> <p>MDA/SAF – Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria da Agricultura Familiar</p> <p>MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome</p> <p>MEC - Ministério da Educação</p> <p>MMTR Regional – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais</p> <p>P1MC – Programa Um Milhão de Cisternas</p> <p>PAA - Programa de Aquisição de Alimentos</p> <p>PAISM – Programa de Atendimento Integral a Saúde da Mulher</p> <p>PAM's - Planos de Ações Municipais</p> <p>PASA – Programa Água e Segurança Alimentar</p> <p>PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil</p> <p>PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar</p> <p>POLPUB – Programa de Políticas Públicas</p> <p>PPA – Plano Plurianual</p> <p>PPM – Pão Para o Mundo</p> <p>PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar</p> <p>REPORTE - Rede de Assistência Técnica Parceiros da Terra</p> <p>RPB - Rede de Produtoras da Bahia</p> <p>SAC - Subprograma de agroindústria e comercialização</p> <p>SGD - Sistema de Garantia de Direitos</p> <p>SNJ - Secretaria Nacional de Juventude</p> <p>STRs - Sindicatos do Trabalhadores Rurais</p> <p>SUAF - Superintendência de Agricultura Familiar</p> <p>UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana</p> <p>UNICAFES - União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária</p> <p>UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância</p>
--	---

Pessoal

DIRETORIA

A Diretoria eleita em abril de 2007 para o Biênio de 2007 – 2009 foi a seguinte:

A- Diretoria efetiva

Clóvis Ramos Lima – Diretor Presidente
José Jerônimo de Moraes – Diretor Técnico
João Batista de Cerqueira – Diretor Financeiro
João Dias de Araújo – Diretor Administrativo

B- Conselho Fiscal

Efetivos:
Roberto Celso Cavalcante
Urbano Carvalho Oliveira
Maria das Graças Araújo
Suplentes:
Wilma Vieira Simões
Patrícia Ferreira Nascimento de Oliveira
Manoel Pereira de Oliveira

C- Secretário Executivo

Naidison de Quintella Baptista
naidison@moc.org.br
Telefone: (75) 3322.4444

D- Coordenadora Pedagógica

Célia dos Santos Firmo
celia@moc.org.br
telefone: (75) 3322.4444

EQUIPE DE TRABALHO

A- Equipe Técnica Básica

Programa Água e segurança Alimentar

Acássio de Oliveira de Macedo
Adauto Oliveira da Silva
Ana Glécia da Silva Almeida
Edmundo Luiz de Jesus
Esrom Gomes de Castro Júnior
Flávia Araújo Costa Penna
Isabel Luisa Carneiro Baptista
João Francisco da Silva Netto
Joelson dos Santos Silva
Jonas Custódio Bonfim
Kamilla Ferreira da Silva Santos
Maressa Correa da Costa Campos
Maria Auxiliadora Freitas dos Santos*
Miguel Dias Freire de Mello

Nilton Sampaio Freire de Mello
Rejane Matos de Carvalho
Robson Aglayton Cabral Rodrigues
Rosiler dos Santos Silva
Silvaney Santiago Souza
Suzane Borges Oliveira
Talita Menezes Martins Galo
Uilson Carneiro Reis

Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Abimael Passos dos Santos
Ana Dalva Souza Santana
Ângela Maria Cerqueira das Virgens
Antônio José Oliveira
David Gonçalves de Souza
Denisson Neves dos Santos*
Francielle Oliveira Souza
Gabriel Santos da Silva
Gisleide do Carmo Oliveira
Ivan Figueredo de Souza
Jailson Pereira dos Santos
José Domingos Cavalcante Carvalho
José Ivamberg Ferreira Silva
José Orlando de Matos
José Renilton Carneiro de Araújo Abreu
Lourena de Oliveira Cruz
Luíz Lisboa de Oliveira
Mariza Cerqueira das Virgens
Regivaldo Dias da Silva
Valdir Fiamoncini*
Wellington da Silva Oliveira
Wilza Oliveira de Almeida

Programa de Comunicação

Klaus Minihuber**
Lorena Amorim da Silva Moraes
Nayara Cunha da Silva

Programa Criança e Adolescente

Ana Carla Alves Lacerda
Conceição Eliana Carneiro
Márcia Regina Pinho*
Márcio Fróes da Motta Mascarenhas
Mário César da Costa Borges Filho
Soneide Cristina Oliveira Rios Teixeira*

Programa de Educação do Campo

Cleonice dos Santos Oliveira
Francisca Maria Carneiro Baptista
Michelle Rios Lopes

Vera Maria Oliveira Carneiro
Zhara Leite Souza

Programa de Gênero

Maria Vandalva Lima de Jesus
Selma Glória de Jesus

Programa de Políticas Públicas

Emanoel José Mendonça Sobrinho

B – Equipe Administrativa

Adel Ruy Dantas de Cerqueira
Alexandro Lima de Meireles
Darlan de Lima Torres
Dinalva Leite das Virgens Cerqueira
Donato da Silva
Edivânia Santos de Lima
Edna Moura Magalhães
Everaldo Leite das Virgens
Gilberto Carlos de Oliveira
Gilvan Rogério Vieira de Araújo
Gleide Dias de Almeida Cordeiro
Hélio Menezes Lisboa
Jamile Teixeira de Jesus
Luís dos Santos Silva
Luíz Silva Lima
Margarida Maria Pereira de Jesus
Maria das Graças Souza Bittencourt
Maria Jocerise de Souza
Maria Neuza Rios
Rosenice Alves de Souza
Sandra Regina Alves Vergne de Moraes
Sirleide de Oliveira Rodrigues Araújo*

Estagiários/as e Colaboradores/as

Daiane Almeida Ferreira
Maria Carolina Seixas da Cruz*
Raquel Pinto de Santana
Bernadete Carneiro
Tarciane Rios de Oliveira
Judinei Silva de Jesus
Givaldo do Carmo Souza

* Desligaram-se da instituição no decorrer do ano

** Cooperante da Horizont 3000 Áustria

Fontes de Recursos Locais/Nacionais

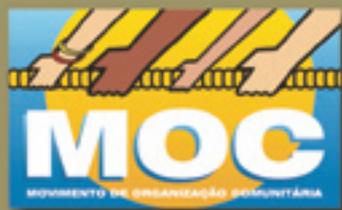
- AP1MC
- BANCO DO NORDESTE
- CESE
- ELETROBRÁS
- FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos
- MEC - FNDE
- MDA/SDT - Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Desenvolvimento Territorial
- MINISTÉRIO DA CULTURA
- PFIZER
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- PETROBRÁS
- REDECARD S.A.
- SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
- SEDES
- SEBRAE
- SOLVAY
- SUAF

Fontes de Recursos do Exterior

- GTZ - Alemanha
- ACTION AID
- CORDAID - Holanda
- CRS – Estados Unidos
- DISOP – Bélgica
- United Way – Estados Unidos
- Universidad Complutense de Madrid
- ICEP – Austria
- Heifer – Estados Unidos
- MANUS UNIDAS - Espanha
- PÃO PARA O MUNDO – Alemanha
- OMICRON – Áustria
- UNICEF

Ficha Técnica

Editores: Klaus Minihuber e Lorena Amorim
Projeto Gráfico: Milton Nóbrega
Editoração Eletrônica: Allan Melo
Fotos: Arquivo MOC, /Manuela Cavadas



MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA
Rua Pontal, 61 - Cruzeiro - Feira de Santana-BA
CEP: 44017-170 - Telefone/fax: (75) 3322-4444
moc@moc.org.br

www.moc.org.br